

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**  
**SUREG SC**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012**

**São José-SC – Maio/2013**

**Equipe de Elaboração:**

**Coordenador:**

- **Jadir Cittadin**

**Membros:**

- **Maria de Lourdes Nienkoetter**
- **Julio Cesar Moraes**
- **Marcos Yoshio Saito**

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**  
**SUREG SC**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

**SUREG SC**

**São José-SC - Maio – 2013**

## Sumário

<b>Lista de Siglas.....</b>	<b>4</b>
<b>Lista de Quadros.....</b>	<b>8</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....</b>	<b>11</b>
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	11
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	13
<b>2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....</b>	<b>19</b>
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	19
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	24
<b>3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....</b>	<b>27</b>
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	27
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	27
3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	27
3.2.2. Contratos de Opção de venda.....	28
3.2.3. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra).....	29
3.2.4. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO.....	30
3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	30
3.2.6 – Distribuição de Alimentos.....	34
3.3. Principais indicadores de desempenho.....	36
<b>4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....</b>	<b>40</b>
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	41
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	42
4.2.1. Venda em Leilão Público.....	42
4.2.2. Venda em Balcão.....	43
4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP.....	45
4.3. Principais indicadores de desempenho.....	46
<b>6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....</b>	<b>47</b>
6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	47
6.4. Principais indicadores de desempenho.....	48
<b>7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....</b>	<b>50</b>
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.....	50
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	55
7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos.....	57
7.4. Principais indicadores de desempenho.....	59
<b>8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....</b>	<b>63</b>
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	63
<b>9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....</b>	<b>64</b>
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	64
<b>11. GESTÃO DE PESSOAS.....</b>	<b>65</b>
11.1. Alocação de Servidores.....	65
11.2. Comunicação na Instituição.....	65
11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	67
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	67
11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab.....	69
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	75
11.7. Previdência Complementar (Cibrius).....	75
<b>12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....</b>	<b>80</b>

---

12.1 Programas e Ações do PPA.....	80
12.2. Restos a Pagar.....	86
12.5. Demonstrações Contábeis .....	86
12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	87
<b>13. GOVERNANÇA E CONTROLES .....</b>	<b>88</b>
13.1. Controle Interno da UJ .....	88
<b>Resultados e Conclusões.....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>91</b>

## **Lista de Siglas**

AGF - Aquisições do Governo Federal  
Audin - Auditoria Interna  
Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
Camex - Câmara de Comércio Exterior  
CDAF - Compra Direta da Agricultura Familiar  
Ceasa - Centrais de Abastecimento  
CFP - Companhia de Financiamento da Produção  
CGU - Controladoria Geral da União  
Cibrazem - Companhia Brasileira de Armazenamento  
Cibrius - Instituto Conab de Seguridade Social  
Cobal - Companhia Brasileira de Alimentos  
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento  
Conad - Conselho de Administração  
CNAE – Cadastro Nacional de Atividades Econômicas  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CPF - Cadastro de Pessoa Física  
CPR – Cédulas de Produto Rural  
Deral - Departamento de Economia Rural  
Diafi - Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira  
Digem - Diretoria de Logística e Tecnologia Empresarial  
Digep – Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização  
Diges - Diretoria de Gestão  
Dipai - Diretoria de Política Agrícola e Informações  
Dirad - Diretoria Administrativa  
DRE - Demonstrativo de Resultados do Exercício  
Dirhu – Diretoria de Recursos Humanos  
EGF – Empréstimo do Governo Federal  
Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina  
Funai – Fundação Nacional do Índio  
Funasa – Fundação Nacional da Saúde  
Geare - Gerência de Avaliação de Resultados  
Geasa – Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras  
Gearm – Gerência de Armazenagem  
Geasa – Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras  
Gebem – Gerência de Benefício, Segurança e Medicina do Trabalho

Gecad – Gerência de Cadastro e Credenciamento de Aramzéns  
Gecap – Gerência de Capacitação e Desenvolvimento  
Gecom – Gerência de Comercialização de Estoques  
Gedes - Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico  
Gefad - Gerência de Finanças e Administração  
Gefis – Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais  
Gefoc – Gerência de Formação e Controle de Estoques  
Gehor - Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro  
Gemov – Gerência de Movimentação de Estoques  
Geope - Gerência de Operações  
Gepab- Gerência de Programas Sociais de Abastecimento  
Gepes – Gerência de Cadastro de Pessoal  
Gepri- Gerência de Parcerias Institucionais  
Gesof – Gerência de Engenharia do Software  
GPS - Sistema de Posicionamento Global  
Iapar - Instituto Agrônômico do Paraná  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia  
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS - Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MOC - Manual de Operações da Conab  
NR - Norma Regulamentadora  
OAN - Ouvidoria Agrária Nacional  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PEP - Prêmio de Escoamento de Produto  
PEPRO - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor  
PESOJA - Prêmio Equalizador da Soja  
PGPAF - Preços de Referência para a Agricultura Familiar  
PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos  
PPA - Plano Plurianual  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
Proge - Procuradoria Geral

Prohort - Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro  
Pronaf - Programa Nacional de Agricultura Familiar  
Prore - Procuradoria Regional  
PROP - Prêmio de Risco de Opção Privada  
PRESI - Presidência  
Refap - Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos  
SEC - Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab  
Secof - Setor Contábil e Financeiro  
Secom - Setor de Operações Comerciais  
Sedec - Secretaria Nacional de Defesa Civil  
Sedem – Setor de Desenvolvimento Empresarial  
Segeo – Setor de Apoio à Logística e Gestão de Oferta  
Seope - Setor de Operações de Estoques  
Sepab - Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento  
Seppir – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
Sereh - Setor de Recursos Humanos  
Sesan – Secretaria de Segurança alimentar e Nutricional  
Sedec - Secretaria Nacional de Defesa Civil  
Setad – Setor Administrativo  
Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeiramente  
Siagro - Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxicos  
Siape – Sistema de Administração de Pessoal  
Siasg - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
Siaudi - Sistema de Auditoria Interna  
Sigest - Sistema de Gestão de Estoques  
Simepar - Sistema Meteorológico do Paraná  
Sinac - Sistema Nacional de Comercialização  
Siorg - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
Sipes – Sistema Integrado de Pessoal  
SPA - Secretaria de Política Agrícola  
Suarm – Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque  
Sucon - Superintendência de Contabilidade  
Sufin – Superintendência de Finanças  
Sufis - Superintendência de Fiscalização de Estoques  
Supab – Superintendência de Abastecimento Social  
Sugof – Superintendência de Gestão de Estoques  
Suinf - Superintendência de Informação do Agronegócio  
Sumaj - Subprocuradoria de Matéria Jurídica



Sumoc - Superintendência de Modernização e Capacitação

Suope - Superintendência de Operações Especiais

Supor - Superintendência de Orçamento e Avaliação

Sureg - Superintendência Regional

Sureh - Superintendência de Recursos Humanos

TCU – Tribunal de Contas da União

UA - Unidade Armazenadora

UC - Unidade de Comercialização

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UJ – Unidade Jurisdicionada

VEP - Valor de Escoamento do Produto

## Lista de Quadros

Quadro 1.1	Informações gerais sobre a UJ	11
Quadro 2.2.1	Principais Prestadoras de Serviços de Armazenagem	25
Quadro 2.2.2	Serviços que geram receitas próprias na UJ	26
Quadro 2.2.3	Armazenagem – Principais Clientes do Setor Público	26
Quadro 2.2.4	Armazenagem – Principais Cliente do Setor Privado	28
Quadro 3.2.1	Aquisições através da AGF	28
Quadro 3.2.2	Recompra de Contrato de Opção - Arroz em casca (vencimento 2012)	29
Quadro 3.2.3.1	Demonstrativo de Comercialização de PEP	29
Quadro 3.2.3.2	Dez maiores operações de PEP	30
Quadro 3.2.4	Oferta do PEPRO do trigo em SC	30
Quadro 3.2.5.1	Aquisições por meio da CDAF (MDS e MDA)	31
Quadro 3.2.5.2	Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA)	32
Quadro 3.2.5.3	Aquisições por meio da CPR-Estoque (MDS e MDA)	32
Quadro 3.2.5.4	Quantidades e Recursos Dispendidos por Instrumento	33
Quadro 3.2.5.5	Dez maiores operações na CDAF	33
Quadro 3.2.5.6	Dez maiores operações na CPR-Doação	33
Quadro 3.2.5.7	Dez maiores operações na CPR-Estoque	34
Quadro 3.2.6.1	Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – MDS	35
Quadro 3.2.6.2	Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios	35
Quadro 3.2.6.3	Doações – Ajuda Humanitária	36
Quadro 4.2.1.1	Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público	42
Quadro 4.2.1.2	Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público	43
Quadro 4.2.2.1	Demonstrativo de Vendas em Balcão	45
Quadro 4.2.2.2	Dez maiores operações de Vendas em Balcão	45
Quadro 4.2.3	Demonstrativo de Comercialização de VEP	45
Quadro 6.1	Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	47
Quadro 6.2	Resultado dos Serviços de Armazenagem	48
Quadro 7.1.1	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	50
Quadro 7.1.2	Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	51
Quadro 7.1.3	Produtos Agrícolas Armazenados em Armazéns Contratados	51
Quadro 7.1.4	Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras	52
Quadro 7.1.5	Certificação das Unidades Armazenadoras Próprias Diagnóstico – Previsão 2013	53
Quadro 7.1.6	Certificação das Unidades Armazenadoras Próprias Diagnóstico - Previsão 2014	53
Quadro 7.1.7	Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda	54
Quadro 7.1.8	Capacidade Estática de Santa Catarina	54
Quadro 7.2.1	Fiscais – Exercício 2012	55
Quadro 7.2.2	Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas	57
Quadro 7.3.1	Demonstrativo das Remoções Contratadas	58
Quadro 7.3.2	Demonstrativo das Remoções Contratadas por Armazém	58
Quadro 7.3.3	Demonstrativo das Remoções Contratadas – PAA	59
Quadro 11.4	Números de Treinandos em 2011 e 2012	68

Quadro 11.5.1	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	70
Quadro 11.5.2	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	70
Quadro 11.5.3	Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	70
Quadro 11.5.4	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	71
Quadro 11.5.5	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	71
Quadro 11.5.6	Composição do Quadro de Estagiários	72
Quadro 11.5.7	Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	72
Quadro 11.5.8	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	73
Quadro 11.5.9	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	74
Quadro 11.7	Rentabilidade por Segmento e Carteira Geral - Plano de Benefício Definido – Dezembro 2012	77
Quadro 12.1.1	Ações orçamentárias da UJ	80
Quadro 12.1.2	Levantamento da Safra Área x Produção	81
Quadro 12.1.3	Levantamento da Safra 1º x 12º LAS	82
Quadro 12.2	Ações de outros órgãos, executadas pela UJ	85
Quadro 12.3	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	86
Quadro 12.7	Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	87
Quadro 13.1	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	88
Quadro 12.5.1	Balço Patrimonial	91
Quadro 12.5.2	Demonstração dos Fluxos de Caixa	92
Quadro 12.5.3	Demonstração do Resultado do Exercício	93
Quadro 12.5.4	Demonstração do Valor Adicionado	95
Quadro 12.5.5	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	96

## Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional do Estado de Santa Catarina, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela Sureg-SC para o exercício de 2012, decorreram da escassez de recursos humanos em face da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários para despesas.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Descrição		Justificativa
<b>1. Informações Básicas</b>		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ.
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ.
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ.
<b>4. Promoção do Abastecimento</b>		
4.2	Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (venda)	A Conab não realiza operações de PEP para venda de produtos.
<b>5. Articulação e Organização do Abastecimento</b>		
5.1.	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício.
5.2.	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício.
<b>6. Prestação de Serviços</b>		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será apresentado no Relatório da Matriz.
6.3	Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício .
<b>10. Geração e Difusão de Informações</b>		
10.1	Análise dos Principais Resultados do Projeto SigaBrasil	Será apresentado pela Matriz.
<b>11. Gestão de Pessoas</b>		
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ.
11.7	Resultado financeiro, Demonstrativo da posição das aplicações e a Análise das conclusões do parecer atuarial anual do CIBRIUS.	Será apresentado pela Matriz.
<b>12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil</b>		
12.3	Demonstrativo de Transferências Recebidas e Realizadas no Exercício.	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício.
12.4	Transferências Mediante Convênio	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício.
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado no Relatório da Matriz.
12.8	Parecer da Auditoria Independente	Será apresentado no relatório da Matriz.
<b>13. Governança e Controles</b>		
13.2	Deliberações do TCU e CGU	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício.
13.3	Auditoria Interna	Será apresentado pela Matriz.

## INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

#### 1.1. Informações gerais sobre a UJ

Informações gerais sobre a UJ contemplando, no mínimo: identificação da empresa (nome, CNPJ, natureza jurídica e vinculação ministerial); endereço da Companhia Nacional de Abastecimento (sede); nome e período de gestão dos principais responsáveis; código e nome das unidades gestoras e gestões no SIAFI.

#### Quadro 1.1 - Informações gerais sobre a UJ

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA			
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento			
Denominação abreviada: Conab			
Código Siorg: 087363	Código LOA: não se aplica	Código Siafi: 135.284	
Situação: Ativo			
Natureza Jurídica: Empresa Pública - CNPJ: 26.461.699/0001-80			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	3381 - 7200	3381 - 7236	
Endereço Eletrônico: sc.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Rua Francisco Pedro Machado, s/nº, Barreiros – São José – CEP 88.117-402			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
LEI No 8.029, DE 12 DE ABRIL DE 1990.			
Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU
1. <sup>a</sup> Versão	99.944	26/12/90	31/12/90
2. <sup>a</sup> Versão	369	19/12/91	20/12/91
3. <sup>a</sup> Versão	s.n.º	03/07/95	04/07/95
4. <sup>a</sup> Versão	1.816	09/02/96	09/02/96
5. <sup>a</sup> Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96
6. <sup>a</sup> Versão	2.390	19/11/97	21/11/97
7. <sup>a</sup> Versão	3.336	13/01/00	14/01/00
8. <sup>a</sup> Versão	4.514	13/12/02	16/12/02
9. <sup>a</sup> Versão	6.407	24/03/08	25/03/08
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 8.171/91 - Política Agrícola			
Lei nº 9.973/2000 - Lei de Armazenagem de Produtos Agrícolas			
Armazenagem Decreto nº 3.855/2001 – Regulamentação da Lei nº 9.973/2000			
Armazenagem / Decreto-Lei nº 1.102/1903			
Classificação Vegetal / Lei nº 9.972/2000 - Lei que institui a classificação de produtos vegetais			
Classificação Vegetal / Decreto nº 3.664/2000 - Decreto que regulamenta a classificação de produtos.			

**Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada****NOC – Normas da Organização**

- 10.102 Estatuto Social
- 10.104 Regimento Interno (versão 2010)
- 10.105 Regulamento de Pessoal
- 10.108 Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos
- 10.401 Processo Interno de Apuração
- 30.101 Armazenagem
- 30.102 Procedimentos que Disciplinam as Atividades nas UA's
- 30.105 Aquisição do Governo Federal – AGF
- 30.107 Certificado de Depósito Agropecuário - CDA e Warrant Agropecuário – WA
- 30.201 Remoção de Produtos
- 30.301 Regulamento de Armazenagem - Ambiente Natural
- 30.401 Regulamento de Armazenagem - Ambiente Artificial
- 30.504 Controle de Qualidade
- 30.505 Inventário de Mercadorias
- 30.506 Securitização
- 30.507 Contrato de Opção
- 30.508 Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO
- 30.601 Compra Direta da Agricultura Familiar
- 60.103 Treinamento
- 60.104 Benefícios
- 60.105 Serviços de Assistência à Saúde
- 60.106 Transferência de Empregados
- 60.107 Exames Médicos de Saúde Ocupacional
- 60.202 Administração e Controle do Patrimônio
- 60.203 Meios de Comunicação
- 60.204 Padronização dos Serviços de Documentação
- 60.205 Administração de Veículos
- 60.206 Serviços Gerais
- 60.207 Serviços Gráficos
- 60.208 Alienação de Bens Imóveis
- 60.209 Ocupação de Imóveis Residenciais
- 60.211 Alienação de Bens Móveis e Baixa Patrimonial
- 60.213 Recursos Computacionais
- 60.303 Metodologia para Elaboração do MOC
- 50.201 Viagem
- 50.202 Seguros

**Outros**

- Regulamento da Biblioteca da Conab
- Código de Ética da Conab
- Código de Ética da Audin
- Manual de fiscalização
- Manual do Estagiário

**Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada****Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

<b>Código Siafi</b>	<b>Nome</b>
<b>135276</b>	<b>UA Herval D'Oeste-SC</b>
<b>135549</b>	<b>Unidade Conab PAA-SC</b>

135445	Mercado de Opções-SC
135279	Núcleo Estoque Regulador-SC - PGPM
135278	Unidade de Estoque Estratégico-SC
138011	UA São José-SC
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código Siafi</b>	<b>Nome</b>
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código Siafi da Unidade Gestora</b>	<b>Código Siafi da Gestão</b>
135284	22211

<b>Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis</b>
<p><b><u>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - SC</u></b>  Superintendente: SIONE LAURO DE SOUZA (01/01/12 a 31/12/12)  Superintendente Substituto: JADIR CITTADIN (09/01/12 a 24/01/12), (25/01/12 a 03/02/12) e (06/08/12 a 25/08/12)</p> <p><b>Gerentes de Área</b></p> <p><b><u>GERÊNCIA DE OPERAÇÕES - GEOPE</u></b>  Gerente: MARIA DE LOURDES NIENKOETTER (01/01/12 a 31/12/12)  Gerente Substituto: ERNANI ANTONIO DE SOUZA (13/01/12 a 22/01/12) e (09/11/12 a 18/11/12)</p> <p><b><u>GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO - GEDES</u></b>  Gerente: JADIR CITTADIN (01/01/12 a 31/12/12)  Gerente Substituto: RICARDO CUNHA DE OLIVEIRA (16/04/12 a 27/04/12) a (10/09/12 a 21/09/12)</p> <p><b><u>GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD</u></b>  Gerente: JULIO CESAR MORAES (01/01/12 a 31/12/12)  Gerente Substituto: ELEN DURAN DA SILVEIRA (09/01/12 a 28/01/12)</p> <p><b><u>PROCURADORIA REGIONAL - PRORE</u></b>  Procuradora Regional - FERNANDA CARDOZO SCHULZ FURINI - Até 05/09/12  Substituto: ALISON PINTON PALADINI (02/01/12 a 03/08/12)  Procurador Regional - ALISON PINTON PALADINI - A partir de 06/09/12  Substituto: Fernanda CARDOZO SCHULZ FURINI (26/11/12 a 15/12/12 )</p> <p><b>Gerentes das Unidades Armazenadoras</b></p> <p><b><u>UA SÃO JOSÉ</u></b>  Gerente: MARIO ADRIANO SILVA MOREIRA (01/01/12 a 31/03/12)  Gerente: RICARDO AGOSTINI PASCHOAL (01/04/12 a 31/12/12)  Gerente Substituto: MILSON LIBÓRIO DA SILVA: (02/01/12 a 19/01/12 e 02/02/12 a 21/02/12 )</p> <p><b><u>UA HERVAL D'OESTE</u></b>  Gerente: TEREZINHA LÚCIA SCHIAVINI (01/01/12 a 31/12/12)  Gerente Substituto: LUIZ CARLOS LENZI (02/01/12 a 21/01/2012)</p>

## 1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de

Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2009), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.<sup>a</sup> Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

### **Breve análise sobre seus principais macroprocessos relacionados aos setores da sociedade**

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais, além de executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária, participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências, firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público ou privado, efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia



do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor; aceitar, emitir e endossar títulos, receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca, aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia, promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção, promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia, explicitados no art. 6º; e prestar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a outros órgãos e entidades públicos, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira e sua atuação é dividida em oito macroprocessos de atividades.

Por fim, para os próximos exercícios a SUREG-SC continuará atuando para cumprir sua missão perante a sociedade, visando sempre a melhoria dos processos com o foco na excelência organizacional interna.

### **Macroprocesso de Sustentação de Renda**

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores, e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado, com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

No que tange a nossa Unidade Jurisdicionada, registramos que o macroprocesso, atende os objetivos propostos.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9b925ccef30179a929a8e60c1ca468a..pdf>

### **Macroprocesso de Promoção do Abastecimento**

O presente macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas,

agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com o sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/3cc58c3d7116d2eab5cc03f3a268e08b..pdf>

### **Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento**

O macroprocesso em referência envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público-alvo: Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/61e2ac3b4647a5238a4e45258d6a2d4f..pdf>

### **Macroprocesso de Atendimento a Parceiros**

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/911fb5bec2ab890e01ef8e89fc71e280..pdf>

### **Macroprocesso de Prestação de Serviços**

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC.

No âmbito da Sureg-SC a atuação restringe-se a prestação de serviços de armazenagem.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9019b7528a181936db7e88696e7ddedf..pdf>

### **Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos**

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM, formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda, a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, da celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando, porém, de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/5cdbedf2a41f1f6ffbd0cea69f1d0f0f..pdf>

### **Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos**

É o principal macro-processo de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macro-processo que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geoespacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/76e2b5416fca06120e5a75ec9a4558b0..pdf>

### **Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios**

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cibrius. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

## 2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

### 2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão

A Conab, empresa oficial do Governo Federal que tem por finalidade executar as Políticas Agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

Para cumprir as suas atividades finalísticas a SUREG-SC, participa nas ações da missão institucional que visam “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.”

A Companhia, por intermédio de sua Superintendência Regional e em harmonia, com as metas estabelecidas pela Matriz cumpre os objetivos:

- planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- participar da formulação da política agrícola; e
- exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Relativo aos fatores que englobam riscos e gestão as operações encontram-se alicerçadas nas normas da organização, cumprindo seu papel perante aos seus clientes e sociedade. Para os próximos exercícios a SUREG-SC, continuará atuando para cumprir seu papel social de geração de renda e garantia no abastecimento do Estado e País.

### Comportamento do mercado agrícola

O mercado dos produtos amparados pela PGPM, no decorrer do exercício de 2012 mantiveram seu preços superiores aos preços garantidos pelo Governo Federal.

Durante o exercício, foram comercializados mais de 25 mil toneladas de arroz, visando garantir o equilíbrio dos preços praticados ao consumidor final. Assim como a comercialização do milho que atendeu os pequenos criadores catarinenses, considerando a elevação dos preços e escala de oferta do produto.

### Estratégia de atuação da empresa

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha

monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2012 não foram realizadas operações, em razão dos preços vigentes no mercado interno decorrente da reduzida oferta de produtos, assim os preços mantiveram-se em alta, exceto aquisição de sacaria.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2012 foram realizadas operações 10.449 toneladas de arroz em casca, objeto de recompra.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2012, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 160.000 toneladas de trigo.

➤ **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** instrumento de Comercialização Governamental, concedido por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o produto do

Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida, mediante recebimento de subvenção econômica.

Neste instrumento foram realizadas operações de aquisição de outra UF de 50 toneladas.

➤ Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO): subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em 2012, foram ofertadas 25.000 toneladas de trigo produzidas no Estado, porém, sem negociação, em razão da conjuntura de mercado pela oferta de outros mecanismos.

➤ Vendas em Leilão Público: a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF, Contrato Público de Opção de Venda), em 2012, resultaram em 26.091,6 toneladas negociadas, com destaque para o arroz.

➤ Vendas em Balcão: programa de abrangência nacional que permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Objetiva viabilizar o acesso dos criadores e da agroindústria de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta; garantir o suprimento de insumos a preços de mercado, estimulando e apoiando a pequena produção rural e propiciar que as entidades de pesquisa contribuam para o desenvolvimento do setor.

No ano de 2012, o total de vendas em balcão correspondeu a 116.158 toneladas, com operações voltadas exclusivamente para o milho. Mediante esse Programa foram realizados 14.654 atendimentos a clientes previamente cadastrados.

Vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2012 viabilizar a distribuição de 772,1 toneladas de produtos, equivalentes a 23.269 cestas de alimentos, suplementado as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, famílias atingidas por barragens e comunidades indígenas, além de países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá, farinha de milho, macarrão, óleo e açúcar, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por

produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS e/ou pelo Comitê Gestor, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, MAB, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foram operacionalizados o total de 38.199 toneladas do seguintes produtos: feijão e milho a populações vitimadas em situação de risco nutricional em nove países.

Ainda mantendo o foco na busca de ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo



técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil, assim como em Santa Catarina, possui safras distintas, a saber: Safra de Verão e Safra de Inverno.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2012, realizando as pesquisas programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não foram executados trabalhos em campo, os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

### **Contratação de bens e serviços**

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos vinculados aos estoques governamentais

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 5.726,5 toneladas de feijão (destinados a Ajuda Humanitária Internacional) e 139.549 toneladas de milho destinado ao atendimento do Programa Venda Balcão, vinculados à PGPM. Removidas também 3.051,8 toneladas de produtos diversos do MDS.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Produtos Agroalimentares.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da

integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

As ações executadas em nível de Superintendência Regional estão vinculadas às respectivas unidades orgânicas da Conab centralizadas na Matriz. Assim, a descentralização para execução das ações estão condicionadas à liberação da Matriz.

Ainda registramos que a Conab por possuir um quadro de pessoal restrito para tender todas as atividades e se valendo das condições do Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, art. 1º, §1º, os serviços de Vigilância, limpeza e braçagem são objeto de execução indireta. As contratações são realizadas via pregão eletrônico, contratadas de forma continuada, podendo ser prorrogado a cada 12 meses, desde que sendo mais vantajoso ao erário. Exceção é o serviço de braçagem utilizados pela Unidade de Herval D'Oeste, onde a contratação é realizada por Acordo de Trabalho pelo prazo de 2 anos, protocolado no Ministério do Emprego e Trabalho.

Em atendimento a Resolução da Conab n.º 013, de 22/12/2010 item 2.1 – compete a Diretoria Colegiada: “c) autorizar previamente e homologar as licitações de serviços de natureza continuada, com valores anuais superiores ao constante na alínea “a” do inciso II do art. 23 da Lei n.º 8.666, de 1993;”.

## **Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios**

Para os próximos dois exercícios a Conab continuará atuando para atender as demandas do setor produtivo e governamental. Entretanto, sua atuação a excelência do resultado e das atribuições, necessitam de renovação de empregados para continuidade das atribuições, evitando-se a quebra do conhecimento, mantendo-se a qualidade na prestação dos serviços e no cumprimento de sua missão.

O movimento crescente de descentralização de diversos processos de trabalhos da matriz para as Regionais, evidencia ainda mais a urgência que assume a necessidade de adequar o dimensionamento e a estruturação de cargos e de pessoal para sustentação a diversas atividades regulares, mas também de pessoal técnico qualificado para a área técnica de engenharia e de inteligência,

O Setor de Licitações e Contratos, pleiteado pela Regional, se aprovado pela matriz e viabilizado pelas instâncias superiores de gestão e de controle, propiciará o trato adequado de serviços de média e alta complexidade, apropriando-os a uma área específica para que ocorra a especialização na condução das atividades, com redução nos riscos e melhora da interlocução resolutive.

A insignificante oferta de armazenagem governamental em Santa Catarina, em função do crescimento da produção e da demanda de milho, indicam a viabilidade de construção de silo próprio da Conab na Região Oeste do Estado, que contribuirá de forma consistente para a promoção da estocagem reguladora momentaneamente de milho, pela importância econômica e social do cereal neste Estado e pela importância social do abastecimento para atividades voltadas à suinocultura, avicultura e produção de leite.

## **2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios**

**Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização. Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab de**

**armazenagem e comercialização.****a) Armazenamento:**

As Unidades Armazenadoras sob jurisdição desta SUREG, são demandadas para armazenamento de produtos dos programas sociais.

O setor armazenador deste Estado é constituído por Cooperativas e outras empresas jurídicas que prestam no serviço ao público demandante, incluindo, as operações do Governo Federal, quando necessário.

**Quadro 2.2.1 – Principais Prestadoras de Serviços de Armazenagem**

UF	Nome do Agente Armazenador	CNPJ	Capacidade (ton)
SC	IND E COM DE ARROZ FUMACENSE LTDA	76828201000143	30.830
	COOPERCAMPOS-COOP REG AGROP DE CAMPOS NOVOS LTDA	83158824003218	30.467
	COOP. AGROPECUARIA DO PANALTO SERRANO LTDA	73890063000134	30.381
	COOP CENT OESTE CATARINENSE LTDA	83310441002675	29.415
	BIG SAFRA LTDA	04834285000702	28.306
	SEARA ALIMENTOS S/A	02914460001980	27.921
	COOP REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS	83158824004028	27.080
	COOPERCAMPOS-COOP REG AGROP DE CAMPOS NOVOS LTDA	83158824002750	25.835
	PERDIGÃO AGROINDUSTRIAL S.A.	86547619021214	25.789
	CRIL-COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU LTDA	83220723001600	25.610

Fonte: Suam/Gearm

Com base nas informações agropecuárias, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

O detalhamento das ações encontram-se nos distribuídos nos itens que tratam da sustentação de renda, promoção do abastecimento, articulação e organização do abastecimento, prestação de serviços, administração dos estoques públicos e geração e difusão de informações.

A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Estado de Santa Catarina.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora constituída no Estado por apenas dois, agrupados em quatro unidades, com capacidade estática para 11.600 toneladas. Essas unidades destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia terá que investir na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação, nos termos da programação que encontram-se inserida no item 6 do presente relatório.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades

Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Ainda registramos a ocorrência de cadastramentos emergenciais, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação de operações de apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e também atender os requisitos para suas certificações.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no Estado.

Ao final do exercício estavam cadastrados 969 armazéns, com capacidade estática para 5.095,2 de toneladas, sendo 751,1 toneladas para produtos embalados ou enfiados e 4.344,0 toneladas para granel.

## b) Comercialização:

A decisão do abastecimento, assim como o mecanismo a ser executado, momento, intensidade da intervenção, quantidade fica a cargo da Conab/ Matriz, que realiza a análise e acompanhamento do mercado.

Produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias (100% da receita líquida dos serviços – armazenagem de produtos agrícolas. Quanto ao resultado dos leilões de comercialização de produtos agrícolas dos estoques públicos, produtos de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários, etc, a informações encontram-se no item 4 do presente relatório.

**Quadro 2.2.2 – Serviços que geram receitas próprias na UJ**

Serviço	SC
Armazenagem de Produtos Agrícolas	407.730,07
Leilão de Terceiros (público)	-
Leilão de Terceiros (privado)	-
Classificação de Produtos	-
<b>Total de Serviços</b>	<b>407.730,07</b>

Fonte: Siafi e Suope/Gerop

Em 2012 as receitas de armazenagem apresentaram declínio de 44% em relação ao exercício de 2011, em razão da redução dos estoques governamentais armazenados nas UA`S.

## Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado, discriminando nome/razão social, CNPJ e volume de operações

### c) Principais clientes do setor público – armazenagem

**Quadro 2.2.3 – Armazenagem – Principais Clientes do Setor Público**

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
26461699023474	CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento – PGPM	Milho	2.405.422,04	679.789,40
26461699035138	CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento – MO	Milho	1.643.405,00	,00

Fonte: Suarm/Gecad

### d) Principais clientes do setor privado – armazenagem

**Quadro 2.2.4 – Armazenagem – Principais Cliente do Setor Privado**

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
82951328000158	Secretaria de Estado da Educação	Diversos	1.060.613,90	6.287.330,77

Fonte: Suarm/Gecad

**3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA**

Relação de produtos agrícolas que apresentaram preços abaixo do “Preço Mínimo” no exercício, bem como dados sobre sua relevância econômica e social para o País. Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado.

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Referida política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

**3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção**

Relação de produtos agrícolas que apresentaram preços abaixo do “Preço Mínimo” no exercício, bem como dados sobre sua relevância econômica e social para o País.

A pauta de produtos amparados pela PGPM é composta por trinta e oito produtos. Destes, tradicionalmente a Conab realiza intervenções, seja por aquisições ou por concessão de subsídios para escoamento, nos mercados de arroz, feijão, milho, e trigo, e esporadicamente poderá incluir outros produtos. Em 2012, em função dos preços recebidos pelos produtores terem atingido níveis superiores aos dos preços mínimos fixados pelo Governo, a necessidade de intervenção nos mercados de arroz e trigo, foram implementadas no início da safra de cada cultura, como ação indicativa para o equilíbrio do quadro da oferta e demanda .

A decisão do instrumento a ser implementado, nos caso de depressão de preços prolongados, fica a cargo da área Conab/matriz.

**3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda****3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF**

Aquisição direta com pagamento à vista, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

O instrumento consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

A operação é executada quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No exercício de 2012 não foram concretizadas operações no mecanismo de geração de renda, garantido pelo Governo Federal na modalidade de AGF, em razão de não ter ocorrido depressão dos preços, mesmo no período da safra.

A execução de operação, teve como foco a demanda para suprir o fornecimento de sacaria, na ação da Ajuda Humanitária Internacional, nos termos da Lei 12.429/2011. Para atender o objetivo a Conab realizou a operação de compra via leilão público, realizado pelo Sistema Eletrônico de Comercialização SEC.

### Volume físico e financeiro por tipo de produto em SC

#### Quadro 3.2.1 - Aquisições através da AGF

Produtos Agrícolas			Sacaria	
Produto	Quant (ton)	Valor (R\$)	Quant (unid)	Valor (R\$)
-	-	-	49.838	61.930,13
<b>Total Geral</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>49.838</b>	<b>61.930,13</b>

Fonte: Dirab/Suope e X-Fac

#### 3.2.2. Contratos de Opção de venda

Aquisição seletiva onde o governo escolhe a região e o produto, beneficiando produtores rurais e cooperativas cadastrados em uma Bolsa credenciada, dando-lhe o direito de vender seu produto numa data futura, a um preço previamente fixado.

Modalidade de intervenção que permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2012, pela conjuntura de mercado não foram realizadas operações de oferta de contrato de opção. Entretanto, em janeiro do exercício referenciado, foi concretizada a operação de recompra de contrato ofertados nesta modalidade em 2011, com opção de entrega em 2012, que totalizaram 10.449 toneladas de arroz em casca.

**Quadro 3.2.2 - Recompra de Contrato de Opção - Arroz em casca (vencimento 2012)**

Preço de Exercício R\$/50KG													
Aviso	Data do Leilão	UF	Série	Ofertado		Preço Exercício	Negociado		Saldo	%	Valor Prêmio		
				Nº Contrato	( t )		Nº Contrato	( t )			Negociado	Abert.	Fech.
1	04/01/12	SC	7	40	1.080	15.930,00	40	1.080	0	100,00%	2.111,40	2.111,40	84.456,00
		SC	10	70	1.890	15.930,00	70	1.890	0	100,00%	2.111,40	2.111,40	147.798,00
		SC	13	44	1.188	15.930,00	5	135	39	11,36%	2.111,40	2.111,40	10.557,00
		SC	16	20	540	15.930,00	5	135	15	25,00%	2.111,40	2.111,40	10.557,00
<b>Sub Total</b>				<b>174</b>	<b>4.698</b>		<b>120</b>	<b>3.240</b>	<b>54</b>	<b>68,97%</b>			<b>253.368,00</b>
		SC	7	250	6.750	15.930,00	250	6.750	0	100,00%	2.041,20	2.041,20	510.300,00
5	12/01/13	SC	10	40	1.080	15.930,00	17	459	23	42,50%	2.041,20	2.041,20	34.700,40
		SC	13	5	135	15.930,00	0	0	5	0,00%	2.041,20	2.041,20	0,00
		SC	16	5	135	15.930,00	0	0	5	0,00%	2.041,20	2.041,20	0,00
<b>SubTotal</b>				<b>300</b>	<b>8.100</b>		<b>267</b>	<b>7.209</b>	<b>33</b>	<b>89,00%</b>			<b>545.000,40</b>
<b>Total</b>				<b>474</b>	<b>12.798</b>	<b>-</b>	<b>387</b>	<b>10.449</b>	<b>87</b>	<b>81,65%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>798.368,40</b>

Fonte: Dirab/Suope/Geope

**3.2.3. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra)**

Prêmio concedido através de leilões àqueles que se disponham a adquirir o produto indicado pelo governo diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida.

E uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham a adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2012, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 160 mil toneladas de trigo.

**Quadro 3.2.3.1 - Demonstrativo de Comercialização de PEP**

Produto	UF Origem	Quantidade (ton)		Valor Previsto da Subvenção	UF Destino
		Ofertada	Negociada		
Trigo em grãos	SC	160.000,0	49.922,9	2.813.342,42	Qualquer localidade exceto Estados da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste
<b>Total</b>		<b>160.000,0</b>	<b>49.922,9</b>	<b>2.813.342,42</b>	

Fonte: Dirab/Suope/Geope

**Quadro 3.2.3.2 - Dez maiores operações de PEP**

ORDEM	CNPJ/CPF	ARREMATANTE	PRODUTO	QTDE(t)	TOTAL OPERAÇÃO(r\$)
1º	83158824000111	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	8.500	935.400,00
2º	83305235000119	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	13.000	524.500,00
3º	75904383003813	COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	3.123	398.482,42
4º	84584515000176	SPECHT PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	9.500	336.950,00
5º	14998371003649	J MACEDO S/A	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	6.000	243.400,00
6º	82945932000252	PARATI ALIMENTOS	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	4.000	138.750,00
7º	98513187000393	MOINHO VACARIA INDUSTRIAL E AGRICOLA LTDA	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	3.000	119.550,00
8º	85129518000182	MOINHO CATARINENSE S A	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	2.010	84.420,00
9º	83220723000123	COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	490	20.580,00
10º	73890063000134	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO PLANALTO SERRANO	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	300	11.310,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>49.923</b>	<b>2.813.342,42</b>

Fonte: Dirab/Suope

**3.2.4. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO**

Subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se dispõe a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação. Desobriga o governo de adquirir o produto, viabilizando seu escoamento para as regiões consumidoras.

Em 2012, foram ofertadas 25 mil toneladas de trigo produzidas no Estado, porém o mercado não manifestou interesse quanto a negociação dos lotes ofertados.

**Quadro 3.2.4 - Oferta do PEPRO do trigo em SC**

Produto	UF de Origem	Quantidade (ton)		Valor Previsto da Subvenção
		Ofertada	Negociada	
Trigo	SC	25.000,0	0,0	0,00
<b>Total</b>		<b>25.000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dirab/Suope/Geope

Entretanto, a decisão de quais intervenções serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional, análise esta feita pela Sugof, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

**Resultado financeiro geral**

Encontra-se no final do capítulo 4, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

**3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional



do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com ênfase nos seguintes instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados//beneficiados, próprios para o consumo humano.

#### Volume físico e financeiro por tipo de produto e operações:

**Quadro 3.2.5.1 – Aquisições por meio da CDAF (MDS e MDA)**

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em kg)	Valor (R\$)
MDS	São Miguel do Oeste	Leite	625	3.125.000,00	5.000.000,00
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>625</b>	<b>3.125.000,0</b>	<b>5.000.000,00</b>
MDA	0	0	-	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	-	-	-	<b>0,0</b>	-
<b>Total</b>	-	-	<b>625</b>	<b>3.125.000,0</b>	<b>5.000.000,00</b>

Fonte: Dipai/Supaf

- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR - Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

**Quadro 3.2.5.2 – Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA)**

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em kg)	Valor (R\$)
MDS	64	Diversos	9.797	16.833.208,00	38.163.826,97
<b>Subtotal</b>	<b>64</b>	<b>-</b>	<b>9.797</b>	<b>16.833.208,0</b>	<b>38.163.826,97</b>
MDA	0		-	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>-</b>	<b>9.797</b>	<b>16.833.208,0</b>	<b>38.163.826,97</b>

Fonte: Dipai/Supaf

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR - Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição dos produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

**Quadro 3.2.5.3 – Aquisições por meio da CPR-Estoque (MDS e MDA)**

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em kg)	Valor (R\$)
MDS	4	DIVERSOS	359	646.464	1.328.199,20
<b>Subtotal</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>359</b>	<b>646.464,0</b>	<b>1.328.199,20</b>
MDA	14	DIVERSOS	1.503	3.293.906	8.529.984,79
<b>Subtotal</b>	<b>14</b>	<b>-</b>	<b>1.503</b>	<b>3.293.905,8</b>	<b>8.529.984,79</b>
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>-</b>	<b>1.862</b>	<b>3.940.369,8</b>	<b>9.858.183,99</b>

Fonte: Dipai/Supaf

### **Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício**

No âmbito da Superintendência Regional, deste Estado, a Conab não realizou operações de intervenção no mercado, visando tirar os excedentes de produção, visto que os preços praticados em todos os produtos da pauta da garantia de preços mínimos apresentaram preços acima do preço referenciado pelo Governo.

Pode-se afirmar que a Conab, cumpriu papel determinante na manutenção das atividades econômicas dos pequenos agricultores. Ofertando o estoque de milho para atender o consumo dos plantéis, em especial os suinocultores, produtores de leite e em menor escala os avicultores, que de modo geral, necessitaram do insumo em razão da queda na produção catarinense na safra do exercício referenciado, e ainda pela reduzida escala de oferta do produto e preços praticados.

Com referência ao preço praticado, seguindo o amparo das Portarias Interministeriais de nº 144 e 424/2012, os agricultores da base da agricultura familiar, adquiriram o milho com preço de subvenção concedida pelo Governo Federal.

### **Abrangência de Atuação do PAA**

O Programa iniciou sua atuação em 2003 atendendo de 300 famílias de produtores rurais evoluindo, em 2012, para 12.284 famílias, com aquisição de 23.898 toneladas de diversos produtos

agropecuários.

### Resultado financeiro geral

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

Os recursos descentralizados tem sido incrementados significativamente desde sua implantação, embora ainda sejam inferiores à demanda das organizações produtivas. Entretanto, ainda em Santa Catarina temos municípios em processo de organização, visando o seu acesso. O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados na aquisição de produtos pela Sureg-SC.

**Quadro 3.2.5.4 – Quantidades e Recursos Dispendidos por Instrumento**

Instrumento	Origem do Recurso	Produto	Quantidade (emkg)	Valor (R\$)
CDAF	MDS	leite	3.125.000	5.000.000,00
	MDA	0	0	,00
CPR Doação	MDS	diversos	16.833.208	38.163.826,97
	MDA	0	0	,00
CPR Estoque	MDS	diversos	646.464	1.328.199,20
	MDA	diversos	3.293.906	8.259.984,70
<b>Total MDS</b>			<b>20.604.672</b>	<b>44.492.026,17</b>
<b>Total MDA</b>			<b>3.293.906</b>	<b>8.259.984,70</b>
<b>Total Geral</b>			<b>23.898.578</b>	<b>52.752.010,87</b>

Fonte: Dipai/Supaf

### Dez maiores operações em cada modalidade

**Quadro 3.2.5.5 – Dez maiores operações na CDAF**

Origem do Recurso	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDS	LEITE UHT INTEGRAL	3.125.000	5.000000,00

Fonte: Dipai/Supaf

**Quadro 3.2.5.6 – Dez maiores operações na CPR-Doação**

Origem do Recurso	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDS	DIVERSOS	468.019	1.070.195,15
	SEMENTE CRIOULA MILHO	221.040	839.952,00
	SEMENTE CRIOULA MILHO	217.180	825.284,00
	SEMENTE CRIOULA MILHO	215.520	818.976,00
	DIVERSOS	374.863	789.613,00
	DIVERSOS	455.000	690.871,80
	DIVERSOS	190.024	641.832,80
	SEMENTE CRIOULA MILHO	166.340	632.092,00
	SEMENTE CRIUOVA MILHO	165.400	628.520,00
	SEMENTE FEIJÃO COMUM	120.000	624.000,00
<b>Total</b>		<b>2.593.386</b>	<b>7.561.336,75</b>

Fonte: Dipai/Supaf

**Quadro 3.2.5.7 – Dez maiores operações na CPR-Estoque**

Origem do Recurso	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDA	FEIJÃO, FARINHA DE MILHO, POLPA DE FRUTAS, MELADO	344.000	1.496.000,00
	CONSERVA DE VEGETAIS	295.735	887.205,00
	BETERRABA E PEPINO EM CONSERVA	257.000	612.500,00
	MAÇÃ	236.790	591.975,00
	LEITE DE VACA	310.559	499.999,99
	SEMENTE DE FEIJÃO	79.100	435.050,00
	CONSERVA VEGETAIS, MELADO, MEL, GELÉIA, MOLHO TOMATE	141.000	407.500,00
	QUEIJO	50.000	400.000,00
	FARINHA DE MILHO ORGÂNICA	137.050	385.425,00
MDS	ARROZ	332.800	499.200,00
<b>Total</b>		<b>2.184.034</b>	<b>6.214.854,99</b>

Fonte: Dipai/Supaf

**3.2.6 – Distribuição de Alimentos****a) Distribuição de Cestas de Alimentos**

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2012, viabilizar a distribuição de 772.191 kg de produtos, equivalentes a 23.769. cestas de alimentos, suplementado as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, famílias atingidas por barragens e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país e em países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado ser necessário a continuidade da ação de atendimento às famílias acampadas, indígenas, quilombolas, atingidas por barragens (MAB), em situação de insegurança alimentar em todo o território catarinense.

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá, farinha de milho, canjica, macarrão, óleo, leite e açúcar, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público, realizado pela Matriz, e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, MAB, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, além de outros parceiros do Fome Zero. A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade das respectivas entidades.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição. A movimentação dessas mercadorias, incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes.

### Quadro 3.2.6.1 – Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional - MDS

DISTRIBUIÇÃO CONSOLIDADA - 2012															
															Posição: 31/12/12
UF	ATENDIMENTOS EFETUADOS												TOTAL GERAL		
	ACAMPADOS			QUILOMBOLAS			MAB			INDÍGENAS					
	N <sup>a</sup>	N <sup>o</sup>	ALIM.	N <sup>a</sup>	N <sup>o</sup>	ALIM.	N <sup>a</sup>	N <sup>o</sup>	ALIM.	N <sup>a</sup>	N <sup>o</sup>	ALIM.	N <sup>a</sup>	N <sup>o</sup>	ALIM.
	FAM.	ATEND.	ENT. (KG)	FAM.	ATEND.	ENT. (KG)	FAM.	ATEND.	ENT. (KG)	FAM.	ATEND.	ENT. (KG)	FAM.	ATEND.	ENT. (KG)
SC	2.065	7.291	236.731	50	150	5.100	1.511	5.352	165.992	2.412	10.976	364.368	6.038	23.769	772.191
<b>TOTAL</b>	<b>2.065</b>	<b>7.291</b>	<b>236.731</b>	<b>50</b>	<b>150</b>	<b>5.100</b>	<b>1.511</b>	<b>5.352</b>	<b>165.992</b>	<b>2.412</b>	<b>10.976</b>	<b>364.368</b>	<b>6.038</b>	<b>23.769</b>	<b>772.191</b>

FONTE: SUREGs/GEPAB - CONAB/MATRIZ

#### b) Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outra instituições de interesse público, a Sureg, em 2012, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, 265 toneladas de produtos alimentícios.

#### Quadro 3.2.6.2 – Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios

N. de Inst. Beneficiadas	Produtos (kg)			Total (kg)
	Feijão	Canjica de Milho	Leite Integral	
2	256.942	2.440	3.000	262.382
2	259.986	2.440	3.258	265.693

Fonte: Sureg/Geope-SC

#### c) Ajuda Humanitária Internacional

Além do atendimento à população brasileira, o governo tem empreendido esforços para ampliar sua assistência humanitária internacional com o objetivo de assistir países ou populações que se encontrem em situações de emergência, calamidade pública, convulsões sociais, catástrofes naturais ou causadas pelo homem, conflitos armados, insegurança alimentar aguda, risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários, aliando ações preventivas, emergenciais e estruturantes.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 38.199 toneladas de feijão e milho a populações vitimadas em situação de risco nutricional, conforme quadro abaixo.

**Quadro 3.2.6.3 – Doações – Ajuda Humanitária**

País			Total	Participação %	Sacaria (unidade)
	Feijão	Milho			
Bulgária	3.000	-	3.000	0,01	-
Córea do Norte	4.600.000	0	4.600.000	12,04	44.280
El Salvador	297.575	-	297.575	0,78	2.500
Guiné-Bissau	320.000	-	320.000	0,84	5.000
Honduras	0	682.360	682.360	1,79	11.373
Madagascar	292.000	-	292.000	0,76	3.000
Nicarágua	100.000	-	100.000	0,26	850
Republica do Congo	360.000	-	360.000	0,94	3.000
Somália	0	31.544.120	31.544.120	82,58	408.000
<b>Total</b>	<b>5.972.575</b>	<b>32.226.480</b>	<b>38.199.055</b>	<b>100,00</b>	<b>478.003</b>

Fonte: Sureg/Geope-SC

Os embarques ocorreram nos Portos de São Francisco do Sul e Navegantes, durante o primeiro semestre de 2012, com maior concentração nos meses de janeiro exercício findo. Registramos ainda que, foram concretizados treze embarques.

**3.3. Principais indicadores de desempenho**

1	<b>Nome do Indicador: % de produtores atendidos pelo PEP em relação ao total de produtores no Estado</b>				
Objetivo do Indicador: Identificar o alcance desse instrumento de comercialização					
Tipo: Eficácia					
Área Responsável: Geope					
Fórmula de cálculo e método de medição: $(PPEP/TP)*100$ onde: PPEP=Produtores atendidos pelo PEP e TP=Total de Produtores					
PEP é Prêmio de Escoamento do Produto					
Base geográfica: UF e Brasil.					
Periodicidade: Anual					
Fonte dos dados: Geope					
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>					
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>			<b>Resultado nos anos anteriores</b>		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	
100,00	14,60	0,00	0,00	0,00	
<b>Análise crítica do resultado do indicador em 2012:</b>					
Análise: Considerado somente os produtores da cultura ofertada, no caso o trigo em 2012. Exercícios anteriores informações não tabuladas.					

<b>2 Nome do Indicador: % de produtores atendidos pelo PEPRO em relação ao total de produtores no Estado</b>				
Objetivo do Indicador: Identificar o alcance desse instrumento de comercialização				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geope				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(PPEPRO/TP) * 100$ onde: PPEPRO=Produtores atendidos pelo PEPRO e TP=Total de Produtores PEPRO é Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa				
Base geográfica: UF e Brasil.				
Periodicidade: Anual				
Fonte dos dados: Geope				
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>				
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Análise crítica do resultado do indicador em 2012:</b>				
Análise: Instrumento ofertado, porém, sem interesse dos produtores. Exercícios anteriores informações não tabuladas				

<b>3 Nome do Indicador: N.º médio de documentos comprobatórios na subvenção PEP/PEPRO conferidos por dia</b>				
Objetivo do Indicador: Verificar o volume de documentos conferidos por dia				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Geope				
Fórmula de cálculo e método de medição: $NDCO/Nd$ onde: NDCO=Nº de DCO conferidos e Nd=Nº de dias utilizados para conferência. DCO=Documentos Comprobatórios da Operação apresentados tanto pelo arrematante quanto pelo produtor (declaração do produtor e do armazenador, declaração e comprovante de pagamento, NF de venda, Nota de Cargas, etc)				
Base geográfica: UF e Brasil.				
Periodicidade: Anual				
Fonte dos dados: Geope				
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>				
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
2,00	3,10	1,60	5,00	
<b>Análise crítica do resultado do indicador em 2012:</b>				
Análise: Atividade que apresenta mais de uma variável. Razão pela qual consideramos que o índice apresentada encontra-se prejudicado, temos a parte da organização do processo, atendimento interno e externo, entre outras ações.				

<b>4 Nome do Indicador: Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$300 mil)</b>				
Objetivo do Indicador: Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geope				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Pve/Pa) * 100$ onde: Pve=Projetos com valores elevados e Pa=Projetos aprovados. Projeto é a proposta de participação no PAA aprovada pela Conab e formalizada no SigPAA, que contém o plano de trabalho apresentado pelos agricultores familiares, constando informações sobre os agricultores participantes (nome, CPF, DAP), produtos, quantidades, preços e também, no caso da CPR-Doação, o detalhamento das instituições e público a ser beneficiado.				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Geope				
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>				
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
25	36,2	23,6	15,8	5,00
<b>Análise crítica do resultado do indicador em 2012:</b>				
Análise: Aumento da demanda, inclusão de projetos para fomento de sementes para Plano Brasil sem Miséria				

5 **Nome do Indicador: Percentual de agricultores com menor renda atendidos pelo PAA**

Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA quanto ao atendimento a agricultores identificados com menor renda

Tipo: Equidade

Área Responsável: Geope

Fórmula de cálculo e método de medição:  $(Amr/Ta) \times 100$  onde: Amr=Agricultores de menor renda e Ta=Total de agricultores atendidos pelo programa. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores que estão enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf.

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal e anual

Fonte dos dados: Geope, SigPAA

Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
20,00	14,90	11,20	6,10	5,00

**Análise crítica do resultado do indicador em 2012:**

Análise: Atendimento aos agricultores vem aumentando gradativamente, entretanto, a maior dificuldade encontra-se na organização associativa e produtores sem Declaração de Aptidão ao Pronaf

6 **Nome do Indicador: Percentual de recursos do PAA destinado ao atendimento de agricultores com menor renda**

Objetivo do Indicador: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda

Tipo: Equidade

Área Responsável: Geope

Fórmula de cálculo e método de medição:  $(RAm/Rp) \times 100$  onde: RAm=Recursos para Agricultores de menor renda e Rp=Recursos do Programa. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores que estão enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf.

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal e anual

Fonte dos dados: Geope, SigPAA

Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
25,00	22,70	12,70	8,90	5,00

**Análise crítica do resultado do indicador em 2012:**

Análise: Meta não atingida em razão de falta de Declaração de Aptidão ao Pronaf e organização associativa.

7 **Nome do Indicador: Percentual de projetos supervisionados em relação ao total de projetos do PAA em execução**

Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no Estado

Tipo: Eficácia

Área Responsável: Geope

Fórmula de cálculo e método de medição:  $(Ps/Pe) \times 100$  onde: Ps=Projeto supervisionado e Pe=Projeto em execução

Projeto é a proposta de participação no PAA aprovada pela Conab e formalizada no SigPAA, que contém o plano de trabalho apresentado pelos agricultores familiares, constando informações sobre os agricultores participantes (nome, CPF, DAP), produtos, quantidades, preços e também, no caso da CPR-Doação, o detalhamento das instituições e público a ser beneficiado.

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal e anual

Fonte dos dados: Geope

Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
5,00	4,00	4,00	4,00	3,00

**Análise crítica do resultado do indicador em 2012:**

Análise: Reduzido quadro de colaboradores para ação. O mesmo funcionário atua em ações múltiplas



<b>8</b>	<b>Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado</b>
Objetivo do Indicador: Identificar a abrangência do PAA no Estado	
Tipo: Eficácia	
Área Responsável: Geope	
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Map/Tme)*100$ onde: Map=Municípios atendidos pelo programa e Tme=Total de municípios do Estado	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal e anual	
Fonte dos dados: Geope	
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>	
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>
100,00%	56,30
<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>2011</b>	<b>2010</b>
49,50	41,30
<b>2009</b>	
<b>Análise crítica do resultado do indicador em 2012:</b>	
Análise: Computado nas informações os municípios das proponentes, dos fornecedores e consumidores dos alimentos do PAA.	

<b>9</b>	<b>Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA</b>
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	
Tipo: Equidade	
Área Responsável: Geope	
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Mp/Tp)*100$ onde Mp=Mulheres produtoras contempladas e Tp=Total de Produtores atendidos. Produtores atendidos integra mulheres e homens produtores.	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal e anual	
Fonte dos dados: Geope	
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>	
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>	
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>
25,00	23,25
<b>Resultado nos anos anteriores</b>	
<b>2011</b>	<b>2010</b>
19,00	17,00
<b>2009</b>	
<b>Análise crítica do resultado do indicador em 2012:</b>	
Análise: a demanda é crescente, e visa também cumprir a meta estabelecida pelo Governo dando visibilidade das mulheres inseridas nas políticas públicas.	

#### 4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; feijão e trigo até 60 toneladas); e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos. Ações desenvolvidas, contam com o apoio da Sureg, identificando à SUGOF suas necessidades de comercialização e/ou venda de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira-Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações cabe à Conab Matriz a divulgação dos editais, a realização dos leilões, e a liberação do pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda. O recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o encaminhamento para pagamento das subvenções são de responsabilidade da Regional.

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

- Ação Orçamentária “**Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos**”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, que visa a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS.

#### **4.1. Análise das principais ações ligadas à venda**

##### **Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado.**

As intervenções efetuadas, neste estado, foram baseadas em dois pilares: o primeiro no milho com grande demanda para o abastecimento dos pequenos criadores, em razão da estiagem que assolou o Estado, levando o Governo Federal a efetuar o atendimento – emergencial pelo Programa Venda Balcão. E após os limites estabelecidos nas Portarias Interministeriais que regulamentaram a ação, o programa continuou o atendimento na forma tradicional amparado nos procedimentos institucionais. Já o segundo produto, que foi o arroz teve como foco ação de regulamentação de preços.

##### **Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado.**

Analisando o fato de que o Governo Federal detinha em agosto de 2012 um volume de 1,6 milhão de toneladas de arroz. Para regular o preço de mercado, a Conab fez a proposta de iniciar as vendas com ofertas quinzenais aumentando as quantidades por pregão ou a frequência de venda, de forma a manter os preços na faixa que viabilizaria a manutenção da atividade, inclusive com a reposição das perdas da safra anterior. Para a formação dos preços de venda a sugestão seria o uso das regras fixadas na Portaria Interministerial n.º 454, de 04/11/1997 onde, partindo-se dos preços observados nas regiões onde os estoques estavam disponíveis, dava-se os deságios de safra fixados na citada portaria e de qualidade de acordo com o MOC. Entretanto, o Mapa, por entender que essa metodologia iria enfraquecer os preços ao produtor, especialmente do RS, não foram aplicados os deságios previstos e, com isso os preços de venda da Conab ficaram incompatíveis com a qualidade do produto ofertado. Deste modo, a efetividade nas vendas não foi das melhores, tendo sido negociadas apenas 46,29% da oferta. Entretanto, os estoques governamentais da cultura sob jurisdição deste Estado, foram comercializados no totalidade ofertada.

Já o feijão cores teve ação apenas de Venda em Leilão com a finalidade de regular os preços que se encontravam em patamares elevados, porém não houve resultado pela qualidade do produto, que não é bem aceita no mercado. A armazenagem em ambiente natural, por período superior a seis meses, apesar de conservar a qualidade nutricional do feijão cores, reduz sua qualidade visual, que atualmente é de alta relevância para o consumidor final. A participação na oferta do produto com estoques, sob gestão deste Estado, foram somente de 462 toneladas.

O milho, com exceção da Bahia, que teve o preço abaixo do preço mínimo por apenas uma semana, os preços praticados em 2012 não ficaram abaixo do preço mínimo vigente, não sendo necessário, portanto, compras através de AGF. Apesar do aumento na produção de milho nos Estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Sergipe, esta região ainda é deficitária. Considerando, também, a seca que assolou o nordeste, fez com que a produção de milho, importante fonte de alimento, tanto humano quanto animal, tivesse uma quebra bastante acentuada, gerando um cenário de desabastecimento, necessitando, assim, do milho de outros estados Mato Grosso e Goiás, para o programa de Vendas em Balcão.

Para atender a demanda de abastecimento de milho, neste Estado, a Conab anualmente efetua a remoção do cereal dos estados do Centro Oeste, visando suprir o deficit interno, que em safras favoráveis na região sul do país, sinaliza para mais de 1,5 milhões de toneladas. Em 2012, em razão dos problemas de estiagem, com registro de quebra de safra, a demanda registrada na Conab era de 500 mil toneladas, somente para o Programa Venda Balcão, que atende os pequenos criadores.

Foram necessárias intervenções do governo no trigo para viabilizar a comercialização dos excedentes no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista os graves problemas de logística para o

escoamento de sua produção para a região Nordeste e Norte do país. Para isso foram feitas operações de PEP no início do ano. O produto do RS participou com 75,4% das operações. Devido aos problemas de qualidade com o trigo paranaense em função de atipicidade climática, o governo procedeu vendas de trigo das safras 2008 e 2009 dos estoques públicos, no pico da entressafra de 2012, com o objetivo de regular a oferta de trigo no país. Já no Estado de Santa Catarina, as demandas foram supridas com estoques de outras Unidades Federativas. Visto que na última os preços praticados, a nível de produtor, mantiveram-se acima do preço mínimo garantido pelo Governo Federal.

## 4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.

### 4.2.1. Venda em Leilão Público.

As elevadas vendas dos estoques públicos em 2012 foram realizadas para amenizar as elevações dos preços internos ocasionados, principalmente, por fatores críticos relacionados às atipicidades climáticas, tais como as secas prolongadas, invernos rigorosos e chuvas torrenciais no Brasil e no mundo. Esta situação inflou as cotações internacionais puxando, conseqüentemente, os preços internos dos grãos, principalmente, do trigo, do milho e do arroz. Destes a Sureg Santa Catarina, teve participação na oferta de arroz.

Entre os meses de setembro a novembro foi realizada a venda de mais de 25 mil toneladas de arroz em decorrência da escassez de oferta no produto, que puxaram os preços mundiais do cereal, tendo reflexos no mercado interno. No que tange a comercialização de trigo foram comercializadas mais de 33.730 toneladas do cereal depositado neste Estado, conforme quadro de oferta abaixo:

Para 2013, pela atual conjuntura de mercado, a Conab prevê a necessidade de intervenção no mercado, regulando o abastecimento em razão da estiagem ocorrida na região Sul do País. Garantindo a regularidade e as altas dos preços praticados.

## Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

**Quadro 4.2.1.1 – Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público**

Produto	Vínculo do Produto	Quantidade (ton)		Valor da Operação c/ICMS (R\$)
		Ofertada	Negociada	
	MDA			
ARROZ	AGF	1.253,3	1.253,3	971.665,76
	C Opção	23.879,0	23.879,0	18.621.437,80
FEIJÃO	AGF	959,3	462,7	225.111,04
<b>Total</b>		<b>26.091,6</b>	<b>25.595,0</b>	<b>19.818.214,60</b>

Fonte: Dirab/Suope

## Dez maiores operações na modalidade

Quadro 4.2.1.2 – Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público

ORDEM	CNPJ/CPF	ARREMATANTE	PRODUTO	QTDE(t)	TOTAL DA OPERAÇÃO (r\$)
1º	86439494000201	COOPERATIVA AGROPECUARIA DE TUBARÃO	ARROZ EM CASCA NATURAL ( A GRANEL)	12.186	8.749.194,20
2º	85667947000103	COOP AGROPECUÁRIA DE JACINTO MACHADO - COOPERJA	ARROZ EM CASCA NATURAL ( A GRANEL)	4.373	3.148.560,00
3º	79416541000155	RAMPINELLI AGROINDUSTRIAL LTDA	ARROZ EM CASCA NATURAL ( A GRANEL)	2.079	1.580.040,00
4º	03451117000180	OLIMPIO JUST & CIA LTDA	ARROZ EM CASCA NATURAL ( A GRANEL)	1.349	972.578,00
5º	83067942000114	AGROMAZA IND. E COM. DE CEREAIS LTDA	ARROZ EM CASCA NATURAL ( A GRANEL)	1.340	965.202,00
6º	82868928000157	LIGEYRINHO ALIMENTOS LTDA	ARROZ EM CASCA NATURAL ( A GRANEL)	1.193	861.974,17
7º	09441328000118	A. BRANCO ALIMENTOS DISTRIBUIÇÃO E BROKER LTDA EPP	ARROZ EM CASCA NATURAL ( A GRANEL)	1.116	796.146,60
8º	85395150000102	CEREALISTA PASI LTDA	ARROZ EM CASCA NATURAL ( A GRANEL)	400	288.400,00
9º	76828201000143	INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ARROZ FUMACENSE LTDA	ARROZ EM CASCA NATURAL ( A GRANEL)	300	244.500,00
10º	81378721000131	DALON ALIMENTOS LTDA	ARROZ EM CASCA NATURAL ( A GRANEL)	250	182.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>24.586</b>	<b>17.788.594,97</b>

Fonte:Dirab/Suoep/Geope

#### 4.2.2. Venda em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada

Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo que em Santa Catarina, o limite para a aquisição de milho era de no máximo 27 toneladas/mês.

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado, exceto para o atendimento da emergencial, em razão da estiagem que ficou estabelecido em R\$ 21,00/sc 60 kg, consoante Portarias Interministerial de n.ºs 144 de 01.03.2012 e 424 de 16.05.2012., que estabeleceram os limites para o abastecimento emergencial. É mister registrar que neste Estado, mais de cento e cinquenta municípios tiveram a situação de emergência reconhecida em razão da estiagem.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da Conab-MOC.

Em 2012, as vendas em balcão de produtos dos estoques públicos, cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, realizadas, em unidades próprias ou de terceiros, totalizaram 116.158 toneladas de milho em grãos, com benefício direto que compreendeu 14.654 atendimentos, em 19 municípios, também denominados de Polos de Abastecimento.

No cenário catarinense a demanda concentrada para abastecimento pelo programa venda balcão, teve como principal cenário, a baixa oferta do produto em toda a região sul do país em razão da estiagem, aliado ao deficit anual deste cereal, que em safra favorável, gira em torno de 1,5 milhão de toneladas. Razão da necessidade anual de utilizarmos o processo de remoção de milho para o atendimento dos pequenos criadores.

## Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

### Quadro 4.2.2.1 - Demonstrativo de Vendas em Balcão

Produto	Quantidade Vendida (Em t)	Receita de Venda (Em R\$)	Nº de Atendimentos
Milho	116.158	43.654.532,18	14.654
<b>Total Geral</b>	<b>116.158</b>	<b>43.654.532,18</b>	<b>14.654</b>

Fonte: Supab/Gepab

## Dez maiores operações na modalidade – atendimento emergencial em SC

### Quadro 4.2.2.2 – Dez maiores operações de Vendas em Balcão

Ordem	Cliente	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1º	Cooperativa A1	Milho	12.624	4.418.241,10
2º	Cooperativa Reg Itaipu	Milho	10.525	3.683.933,71
3º	Coop Suinocultores Lacerdoipolis	Milho	683	238.910,00
4º	Coop Alto Uruguai	Milho	480	168.000,00
5º	Cooperativa Xanxerê	Milho	248	86.835,00
6º	Cooperativa Campo Erê	Milho	23	8.160,00
<b>Total</b>			<b>24.583</b>	<b>8.604.079,81</b>

Fonte: Dirab/Supab

## 4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP

Subvenção econômica paga a consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para uma região de consumo estabelecida em edital.

## Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

### Quadro 4.2.3 – Demonstrativo de Comercialização de VEP

Produto	UF Origem	Quantidade (ton)		UF Destino	Valor da Operação c/ ICMS (R\$)
		Ofertada	Negociada		
Milho	MT	50	50	SC	1.685,00
<b>Total</b>		<b>50</b>	<b>50</b>		<b>1.685,00</b>

Fonte: Dirab/Suope

Considerando, que tivermos uma única operação para a ação, deixamos de apresentar o quadro das dez maiores na modalidade.

## Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

No que tange análise relativo ao abastecimento a Conab-SC atuou em dois pilares o abastecimento de milho para os pequenos criadores catarinenses e a comercialização de arroz, ambos os produtos dos estoques governamentais. As ações visaram o aumento oferta de produto, diminuindo a pressão nos preços praticados.

Registramos que o resultado financeiro relativo vendas, encontra-se no item 6 do presente relatório .

### 4.3. Principais indicadores de desempenho

<b>Nome do Indicador: Percentual de cobertura do Programa Vendas em Balcão</b>				
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de compradores dentre os pequenos criadores				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geope				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Nc/Npc) * 100$ onde: Nc=Nº de compradores e Npc=Nº de pequenos criadores no Estado.				
Base geográfica: UF e Brasil.				
Fonte dos dados: Geope				
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>				
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
100,00%	61,57%	62,47%	67,02%	79,85
<b>Análise crítica do resultado do indicador em 2012:</b>				
N o percentual de atendimento foram computados os atendimentos mensais. Razão da meta atingida, bem como a escassez na oferta do produto.				



## 6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### 6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas

**Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas. Quantidade física e financeira de produtos de terceiros armazenados pela Conab por produto, por classificação e por Estado da Federação (saldo ao final do exercício)**

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab/Sureg tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

As informações a seguir apresentam a quantidade física e financeira de produtos de terceiros armazenados pela Conab por produto, (saldo ao final do exercício em 31/12/2012)

**Quadro 6.1 – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias**

UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
SC	ACUCAR	7,8	32.292,02
	ARROZ	155,1	77.747,68
	BEBIDAS	59,5	291.588,57
	CAFE	2,9	32.712,02
	LATICINIOS	30,6	279.378,00
	OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS	179,3	1.104.270,89
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/MANUFATURADOS	10,0	10.000,00
	<b>TOTAL SUREG SC</b>	<b>445,2</b>	<b>1.827.989</b>

Fonte: Suarm/Gearm e Unidades Armazenadoras

- Avaliação do custo médio elevado em razão da redução dos índices mensais de ocupação gerada pelo declínio nos estoques públicos ocasionada principalmente pelas vendas de milho e a inexistência das aquisições governamentais
- No exercício findo a media do estoque armazenado foi de três meses;
- Processamento – operação não realizada nas Unidades;
- Condições climáticas – considerando a estiagem ocorrida na última safra, também afastou os clientes da procura por espaço na UA de Herval do Oeste.

Os produtos armazenados nas UA's sob jurisdição desta Sureg, na avaliação geral em relação a qualidade e quantidade mantiveram a conformidade, nos termos das normas estabelecidas. Não foram registrados perdas ou alteração de qualidade nos armazéns próprios da Companhia em Santa Catarina.

Para efeito de contabilização a atividade de armazenagem é agrupada no Subórgão 2231- Atividades Próprias que inclui a Sede das Regionais e as Unidades Armazenadoras.

Durante o exercício de 2012 o faturamento com os serviços de armazenagem de estoque de terceiros foi de R\$407.730,07, contribuindo para reduzir o deficit apurado no fim do exercício.

### Quadro 6.2 – Resultado dos Serviços de Armazenagem

Discriminação	SC	Total
<b>Receita de Vendas e Serviços</b>	<b>407.730,07</b>	407.730,07
<b>Receita de Vendas</b>	-	-
vendas estoques estrategicos	-	-
Recebimento de Vendas em Balcão	31.528.075,60	31.528.075,60
Repasse de Vendas em Balcão	(31.528.075,60)	(31.528.075,60)
vendas estoques reguladores PGPM	-	-
Vendas PGPM	12.124.063,30	12.124.063,30
Repasse de Vendas da PGPM	(12.124.063,30)	(12.124.063,30)
Receita de Serviços	407.730,07	407.730,07
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	(5.770,57)	(5.770,57)
<b>=Receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>401.959,50</b>	<b>401.959,50</b>
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-	-
<b>=Lucro bruto operacional</b>	<b>401.959,50</b>	<b>401.959,50</b>
<b>-Despesas Operacionais</b>	<b>(10.344.265,75)</b>	<b>(10.344.265,75)</b>
Despesas de Pessoal	(8.095.240,98)	(8.095.240,98)
Despesas Comerciais e Administrativas	(2.249.024,77)	(2.249.024,77)
<b>Receitas Operacionais Diversas</b>	<b>9.868.561,96</b>	<b>9.868.561,96</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>(102.240,86)</b>	<b>(102.240,86)</b>
<b>Resultado</b>	<b>(175.985,15)</b>	<b>(175.985,15)</b>

Fonte: Diafi/Sucon/Gerac

#### 6.4. Principais indicadores de desempenho

<b>1 Nome do Indicador: Custos dos serviços de armazenagem prestados em relação a receita</b>				
de custos				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Geope				
Fórmula de cálculo e método de medição: Cs/R onde: Cs=Custo dos serviços prestados e R=Receita. Custo dos Serviços prestados envolve secagem, limpeza e armazenagem. Resultado < que 1 é lucro e > que 1 é prejuízo.				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Geope				
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>				
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
< que 1	24,37	20,48	27,01	38,19
<b>Análise crítica do resultado do indicador em 2012:</b>				
Análise: As Unidades Armazenadoras sob jurisdição desta Sureg, tem como foco o armazenamento de produtos dos estoques governamentais. Considerando que os preços de mercados mantiveram-se acima do preço mínimo , o Governo não formou estoque, refletindo na meta de ocupação do espaço, em especial na UA de Herval do Oeste				

<b>2 Nome do Indicador: Volume de entregas em que ocorreu reprocessamento</b>				
Objetivo do Indicador: Verificar a necessidade de reprocessamento do produto entregue no armazém				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geope				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Qr/Qe)*100$ onde: Qr=Quantidade de produto reprocessado e Qe=Quantidade de produto entregue. Produto reprocessado é aquele que precisa passar mais de uma vez pelo processamento para atingir o nível ideal de limpeza e secagem para colocar o produto nos padrões de qualidade estabelecidos pelo normativo.				
Fonte dos dados: Geope				
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>				
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
0	0	0	0	0,00
<b>Análise crítica do resultado do indicador em 2012:</b>				
Análise: As Unidades Armazenadoras de SC, não executam o serviço de processamento.				

## 7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

### 7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab

A Rede Armazenadora Própria é composta por 02 armazéns, agrupados em 04 unidades armazenadoras distribuídas em 02 municípios desta Federação. A capacidade estática total é de 11.600 toneladas, com predominância da modalidade convencional, que representa 57% da oferta total e 43% do corresponde a um armazém granel, este destinado ao armazenamento de milho para atendimento do Programa Venda Balcão.

O quadro abaixo, sintetiza a capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios neste Estado.

**Quadro 7.1.1 – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns**

ESTADO	UNIDADE ARMAZENADORA	Nº ARM.	CAPACIDADE ESTÁTICA (t)			Média de Ocupação anual	% OCUPAÇÃO
			CONVENCIONAL	GRANEL	TOTAL		
SUREG-SC	HERVAL D'OESTE	3	2.300	5.000	7.300	477	6,53
	SÃO JOSÉ	1	4.300		4.300	2.159	50,22
<b>TOTAL SUREG-SC</b>		<b>4</b>	<b>6.600</b>	<b>5.000</b>	<b>11.600</b>	<b>2.636</b>	<b>22,72</b>

Fonte: Sicarm

Com referência a ocupação das UA's destacamos o que segue:

- A unidade de Herval do Oeste opera basicamente com produtos do Governo Federal. A ocupação em menor percentual reflete a não intervenção do Governo para compra dos excedentes em razão dos preços estarem favoráveis aos produtores. Porém a unidade de São José, sua ocupação reflete a disponibilidade de espaço. Registramos que 50% da área é ocupada com locação de espaço para o TRE para guarda das urnas eletrônicas.
- Quanto as UA's, ambas encontram-se em centros urbanos. A primeira mais próximo ao setor produtivo, já a segunda fora da rota de produção, de produtos agrícolas.
- A tarifa da Conab não é o único fator determinante quanto a sua ocupação, existem outras variáveis, no computo logístico para a sua escolha como variável.
- As unidades ocupam papel determinantes para a execução dos programas sociais do Governo Federal. Quanto a estratégia de atendimento ao produtores as mesmas encontram-se, em áreas de produção, porém diversificadas. O primeiro próximo ao setor produtivo de cereais, enquanto que o segundo em área de produção de hortifrutigranjeiros.

**Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da Conab (estoques públicos)**

**Quadro 7.1.2 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias**

Produto	Tipo	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
ARROZ BENEFICIADO TIPO 1	1	2.130	3.408,00
ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	31.220	45.269,00
ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	2	113.400	155.358,00
FEIJAO ANAO CORES 2	2	35.433	51.992,86
MILHO EM TIPO	-	760.970	864.020,86
ARROZ BENEFICIADO ECOLOGICO A VACUO	O	29.600	79.077,50
<b>TOTAL SC</b>		<b>972.753</b>	<b>1.199.126,22</b>

Fonte: Suope/Gefoc

- A capacidade estática governamental ofertada destina-se, preferencialmente, as demandas dos programas governamentais.

**Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados em armazéns contratados**

No fim do exercício, os estoques públicos depositados em unidades de terceiros era de 6,8 mil de toneladas, destacando-se o milho, conforme detalhado nos quadros a seguir:

**Quadro 7.1.3 – Produtos Agrícolas Armazenados em Armazéns Contratados**

Produtos Públicos em Armazéns Contratados				
UF	Produto	Tipo	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
SC	FEIJAO ANAO PRETO (A) 1	1	32.189	50.736,69
	MILHO EM TIPO	-	6.770.288	6.931.159,76
	<b>Total SC</b>		<b>6.802.477</b>	<b>6.981.896,45</b>

Fonte: Suope/Gefoc

Para atender a demanda de abastecimento, em especial a oferta de milho aos pequenos criadores, a Conab supre a sua necessidade com oferta de espaço dos armazéns de terceiros:

- No exercício de 2012, foram gastos com manutenção de produtores em unidade de terceiros o valor de R\$ 3.147.737,45, para guarda e conservação de arroz e milho, com base nos valores estabelecidos na tabela de tarifa de armazenagem e sobretaxa;
- O produto com maior tempo de armazenamento foi o arroz, oriundo da safra 2008/2009 e 2010/2011. Já o milho considerando a demanda, o tempo médio de armazenagem foi de no máximo 4 meses;
- Os armazéns próprios têm prioridade na sua ocupação. Entretanto, a capacidade estática governamental representa apenas 0,0023%, em relação a oferta cadastrada, no Estado;
- Legalidade dos critérios técnicos e documentais, ou seja, unidades credenciadas à prestarem serviços de armazenagem ao governo, quando da efetivação de operações com a Conab, e ainda, os principais corredores de abastecimento, finalmente a disponibilidade de oferta de espaço para guarda e conservação dos estoques governamentais;
- Em relação as dificuldades, registros apresentação da garantia exigida no percentual de 5% sobre o valor do produto depositado.

**Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001** (regulamenta a Lei de Armazenagem)

Pode-se afirmar que a rede própria, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 50 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

#### a) Principais problemas

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

#### b) Demanda por manutenção

No exercício de 2012 foram investidos recursos da ordem de R\$ 63.311,87 (R\$ 48.512,50 em despesas correntes e R\$ 253.182,62 em despesas de capital) e inscritos em Restos a Pagar não Processados R\$ 14.977,37 referentes a investimentos que serão realizados no decorrer de 2012, conforme detalhado nos quadros do item d.

#### c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios:

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando foram certificadas as primeiras 5 unidades, no contexto nacional.

**Quadro 7.1.4 – Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras**

Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
				Corrente	Capital	
UA Herval d'Oeste	Reparos na balança rodoviária	1.160,00				1.160,00
	Aquisição materiais p/ manutenção na balança rodoviária	14.680,00				14.680,00
	Serviço de elaboração de projeto p/ execução de nova portaria do armazém	2.401,00				2.401,00
	Material p/ manutenção do sistema de iluminação	4.087,80				4.087,80
	Mão de obra p/ manutenção do sistema de iluminação	600,00				600,00
UA São José	Aquisição de máquina de costurar sacaria		680,00			680,00
	Aquisição de trator de jardim		8.998,00			8.998,00
	Aquisição de 4 portas modelo guilhotina	15.605,70				15.605,70
	Serviços de manutenção em 2 portas de esteira	300,00				300,00
	Elaboração projeto básico p/ pintura			14.799,37		14.799,37
<b>2</b>		<b>38.834,50</b>	<b>9.678,00</b>	<b>14.799,37</b>	<b>0,00</b>	<b>63.311,87</b>
Fonte: Siafi		<b>48.512,50</b>		<b>14.799,37</b>		

#### d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009.

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades

armazenadoras a partir de 2012, quando foram certificadas as primeiras 5 unidades, com cronograma para cada Unidade Federativa.

Referente às obras e serviços necessários à adequação da infraestrutura física das unidades e dos custos estimados dessas intervenções, visando à certificação dessas unidades, foi realizado um levantamento detalhado das necessidades, com base na Instrução Normativa n.º 12, de 08 de maio de 2009, com estimativa de custos totais de **R\$1.609.2012**, conforme quadros demonstrativos, tendo em vista as aquisições de equipamentos e obras realizadas nos exercícios de 2010 e 2011 e a publicação da Instrução Normativa n.º 29, de 08 de junho de 2011.

Para adequar a Unidade Armazenadora de São José, nos termos do diagnóstico realizado, serão alocados recursos correspondente no exercício de 2013, nos termos abaixo:

#### Quadro 7.1.5 - Certificação das Unidades Armazenadoras Próprias Diagnóstico – Previsão 2013

SÃO JOSÉ – SC			
Capacidade estática: 4.300	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O4
<b>TOTAL</b>		<b>48.000</b>	
<b>LEGENDA:</b>			
O1: Exigência no momento da vistoria			
O3: Exigência a partir de dezembro de 2013			
O4: Exigência a partir de dezembro de 2015			

Fonte: Suarm/Gerap

Quanto a execução de melhoria da unidade armazenadora de Herval do Oeste os recursos foram estimado para o exercício de 2014:

#### Quadro 7.1.6 - Certificação das Unidades Armazenadoras Próprias Diagnóstico Previsão 2014

HERVAL D'OESTE – SC			
Capacidade estática: 7.300	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Intermediária	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Aeração		50.000	O4
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Pavimentação		1.020.000	O4
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O4
Sistema de combate a incêndio		220.000	O4
Sistema de captação de material particulado (ST)		165.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		5.000	O1
<b>TOTAL</b>		<b>1.543.000</b>	
<b>LEGENDA:</b>			
O1: Exigência no momento da vistoria			
O3: Exigência a partir de dezembro de 2013			
O4: Exigência a partir de dezembro de 2015			

Fonte: Suarm/Gerap

**Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab, comparando com a demanda anual por armazenagem, por produto no Estado:**

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível estadual. Em 2012, a programação não previa a realização de cadastramento/recadastramento, porém, foram realizados o cadastrados 111 armazéns. Esta de forma emergencial, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop, e especialmente para consolidar todas as normas e procedimentos quanto a implantação do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras.

#### Quadro 7.1.7 – Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda

N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)			Produto	Quantidade (mil ton)	Demanda %
	Convencional	Granel	Total			
969	751,1	4.344,0	5.095,2	Arroz	1.077,7	107,5
				Feijão	117,3	
				Milho	2.947,0	
				Soja	1.084,9	
				Canola	0,3	
				Cevada	10,6	
				Trigo	235,6	
				Triticale	4,2	
				<b>Total Produção</b>	<b>5.477,6</b>	

Fonte: Dirab/Suarm e Boletim do 12º Levantamento de Safras (set/12)

A manutenção do Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras é de fundamental importância para o conhecimento da oferta de armazenagem no Estado, atividade desenvolvida sob a ótica do senso de economia racional nas operações de acompanhamento de remoção e/ou na fiscalização dos estoques governamentais.

No fim do exercício de 2012 estavam cadastrados 969 armazéns, com capacidade estática superior a cinco milhões de toneladas., entretanto o percentual de acomodação de de 107,5 por cento , representa as informações da safra, considerando a perda ocorrida com a estiagem, visto que em números favoráveis a safra catarinense aproxima a casa de sete milhões de toneladas.

#### Quadro 7.1.8 – Capacidade Estática de Santa Catarina

ANO	UNIDADE ARMAZENADORA (nºs)	CAPACIDADE ESTÁTICA (t em mil)		
		CONVENCIONAL	GRANEL	TOTAL
2011	858	609,1	3.408,8	4.017,9
2012	969	751,1	4.344,0	5.095,1

Fonte: Conab/Suarm/Sureg/Geope-SC

Em relação ao exercício anterior, houve crescimento na capacidade estática cadastrada superior a 26%, no estado, em especial para a capacidade a granel.

A capacidade estática do Estado de Santa Catarina, tende a crescer em função do



investimentos, da iniciativa privada, cooperativas, associações e sobretudo com a viabilidade de implantação de uma nova unidade armazenadora própria da Conab, no Estado, garantindo o abastecimento ao segmento demandante em situações de desabastecimento e /ou problemas logísticos.

### Ações de capacitação de mão de obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador, com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008. Sua retomada, deverá ocorrer no médio prazo, visto que a regularização administrativa do CENTREINAR, já encontra-se em andamento pelo Conselho Diretor constituído pelos Representantes da Conab e da UFV.

A retomada da ação depende da disponibilidade de recursos, da assinatura do novo convênio e da implementação dos controles necessários.

### 7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos, e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia, com coordenação estadual para cada etapa.

Em 2012 foram realizadas 120 fiscalizações, relacionadas aos estoques públicos e 150 relacionadas às operações de subvenção de seguro rural.

O quadro abaixo quantifica o número de funcionários alocados em atividade de fiscalização de armazéns e estoques públicos, neste Estado:

**Quadro 7.2.1 – Fiscais – Exercício 2012**

Nº	NOMES DOS FISCAIS	Observações
1	EDILSON LUIZ MACEDO	Transferido Gefad
2	JULIO CEZAR DE OLIVEIRA	SC
3	MARIO TADEU DOS SANTOS ALVES	SC
4	AURO PIRES DO ROSÁRIO SC	SC
5	WAGNER FERNANDES AQUINO	SC
6	MARIO ADRIANO SILVA MORERIRA	Transferido MS
7	ERNANI ANTONIO DE SOUZA SC	SC
8	SILVIO CEZAR CUSTODIO	SC
TOTAL		

Fonte: Dirab/Sufin/Gecoq

Para o desenvolvimento da atividade registramos que, apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, na Regional, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, acompanhamento de remoção, apoio a outras Superintendências, operacionalização do PAA etc. O quadro de fiscais nesta, regional é composto por apenas 02 empregados aptos para a execução da atividade, número insuficiente para atender a toda a demanda, os demais enquadrados atuam como apoiadores.

Para atender toda a demanda, o número de colaboradores, com exclusividade de atuação, seria de no mínimo mais oito fiscais. Além destes a Gerência de Operações, responsável pelas atividades finalísticas, demanda de um reforço e complementação no seu quadro de colaboradores de mais doze pessoas.

As demandas são atendidas, observando-se a emergencialidade, disponibilidade de recursos financeiros e de capital humano, este último, sempre suprido pela Matriz, sempre que possível.

Principais dificuldades o reduzido número de colaboradores, pela necessidade de cumprimento de ações, as atividades internas, acabam prejudicadas.

Os registros de ocorrência de inconformidade nos estoques fiscalizados desta Sureg, encontram-se detalhado abaixo:

a) O número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela Conab em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais, por produto, neste Estado foi constatado um registro, na cidade de Xanxerê;

b) No exercício de 2012, não foram registradas perdas de produtos de produtos agrícolas em estoques públicos;

c) A quantidade física de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos – foi de 74,3 toneladas de feijão, que correspondeu ao valor financeiro nominal de R\$ 168.957,27. Processo em trâmite na Justiça Federal sob o nº 5001238-31.2012.4.04.7200;

d) Nos armazéns fiscalizados foi registrado a ocorrência de alteração na qualidade do produto depositado de 345 toneladas, no valor nominal de R\$ 140.334,79. Processo em trâmite Justiça Federal sob os nºs 5013687-21-2012.4.04.7200 e 5013682-96-2012-4.04-7200;

e) Os armazéns descredenciados no exercício, foram apenas três unidades;

f) Em 2012 foi constatada a ocorrência de dezoito irregularidades nos armazéns vistoriados, e somente um descredenciamento nas 120 visitas realizadas;

g) No quesito avaliação física geral dos armazéns contratados pela Conab registramos que, além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras; e,

h) Durante o exercício, a Conab emitiu cobrança no valor de desvio e a alteração de qualidade de 419 toneladas de feijão vinculados aos estoques governamentais.

O Saldo de débitos relativos à inconformidade registrada nos estoques públicos, no exercício, foi de R\$ 491.029,08. Valores em processo de recuperação que tramitam na Justiça Federal, deste Estado.

No exercício não ocorreram registros de recuperação de débitos relativos aos processo em curso na Justiça Federal.

Nas operações realizadas em 2012 foram fiscalizados de forma acumulada, e por fiscais da

Matriz e das Regionais, 120 armazéns e 140.679 de toneladas de produtos vinculados à PGPM, ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, a estratégia Fome Zero, aos estoques próprios e de terceiros armazenados em unidades próprias e contratadas.

Em relação ao exercício anterior verifica-se queda de 39,35% no volume fiscalizado, em função da venda dos estoques públicos e redução nas aquisições governamentais.

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas e quantitativas. As diferenças apuradas são registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento são procedidas as baixas contábeis pela Sureg além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações-Suope (para abertura do processo administrativo), Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças-Sufin (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg adota os procedimentos de acordo com o disposto nas normas vigentes.

O registro de ocorrência de perdas, relativo aos estoques sob jurisdição desta Sureg, encontram-se mencionados nos itens anteriores.

**Quadro 7.2.2 - Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas**

Exercício	Quantidade em (t)		
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Divergência
2010	484.777	484.711	66
2011	196.036	195.981	55
2012	140.679	140.260	419

Fonte: Sureg/Geope

No âmbito desta Regional, foi realizada a fiscalização de 150 apólices de seguro rural, esta em atendimento à solicitação da DIRAB/SUFIS. A operação foi realizada com quatro equipes, sendo dois em cada etapa, exclusivamente lotados em Santa Catarina.

### 7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos

**Atendimento ao programa de venda em “balcão” ou outro envolvendo estoques administrados pela Conab de produtos e embalagens de propriedade da Conab e/ou vinculados a Programas Governamentais.**

Atividade de fundamental apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab a movimentação de estoques pode ocorrer por diversos fatores, entretanto, para Santa Catarina a origem teve como pilar o antedimento social.

As contratações de frete são realizadas na Matriz, por meio de leilões eletrônicos utilizando-se o Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, de acordo com o Regulamento para Contratação de Serviços de Transporte, constante do Manual de Operações da Conab-MOC, Título 13 – Movimentação de Estoques da Conab.

Em 2012 foram realizados 06 leilões quando foi contratada a remoção de 139.518,3 toneladas de milho e feijão produtos vinculados à PGPM, Contrato de Opção. O custo total das contratações foi de R\$ 25.450.005,00. Ainda no exercício foram removidas 224.157 unidade de

embalagens ao custo de R\$ 16.254,20 para atender demanda do programa venda balcão no estado do Piauí.

**Quadro 7.3.1 – Demonstrativo das Remoções Contratadas**

UF Origem	UF Destino	Produto	Motivo	Quantidade Contratada (ton)	Quantidade Removida (ton)	Quantidade Cancelada (ton)	Valor da operação (Em R\$)
GO	SC	Milho em grãos	Vendas em Balcão	15.110,0	10.724,0	0,0	1.992.400,00
<b>Subtotal GO</b>				<b>15.110,0</b>	<b>10.724,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1.992.400,00</b>
MG	SC	Milho em grãos	Vendas em Balcão	9.989,4	8.148,6	0,0	1.216.169,99
<b>Subtotal MG</b>				<b>9.989,4</b>	<b>8.148,6</b>	<b>0,0</b>	<b>1.216.169,99</b>
MT	SC	Milho em grãos	Vendas em Balcão	84.000,0	75.148,9	3.923,4	19.484.601,79
<b>Subtotal MT</b>				<b>84.000,0</b>	<b>75.148,9</b>	<b>3.923,4</b>	<b>19.484.601,79</b>
PR	SC	Milho em grãos	Vendas em Balcão	15.409,5	10.945,9	4.463,6	814.472,44
		Feijão	Ajuda Humanitária	5.020,0	5.695,6	320,0	1.344.081,62
<b>Subtotal PR</b>				<b>20.429,5</b>	<b>16.641,5</b>	<b>4.783,6</b>	<b>2.158.554,06</b>
SP	SC	Milho em grãos	Vendas em Balcão	9.989,4	0,0	9.989,4	592.800,00
<b>Subtotal SP</b>				<b>9.989,4</b>	<b>0,0</b>	<b>9.989,4</b>	<b>592.800,00</b>
SC	SC	Feijão	Ajuda Humanitária	28,0	28,0	0,0	2.554,16
<b>Subtotal SC</b>				<b>28,0</b>	<b>28,0</b>	<b>0,0</b>	<b>2.554,16</b>
SC	SP	Feijão	Ajuda Humanitária	3,0	3,0	0,0	2.925,00
<b>Subtotal SP</b>				<b>3,0</b>	<b>3,0</b>	<b>0,0</b>	<b>2.925,00</b>
<b>Total Geral</b>				<b>139.549,3</b>	<b>110.694,1</b>	<b>18.696,4</b>	<b>25.450.005,00</b>

Fonte: Sulog/Gemov

Demanda por movimentação de estoques por unidade armazenadora, relacionando os volumes físicos e financeiros mais expressivos, com destaque para os motivos de movimentação de estoques e valores gastos com fretes.

**Quadro 7.3.2 – Demonstrativo das Remoções Contratadas por Armazém**

Demanda / Unid Armazenadora	UF Destino	Produto	Motivo	Quantidade Removida (ton)	Valor do frete (Em R\$)
Bom Jesus	SC	Milho	PROVB	4.156,3	528.571,24
Braço do Norte	SC	Milho	PROVB	20.000,0	4.744.000,00
Campos Novos	SC	Milho	PROVB	16.203,4	2.737.736,17
Chapecó	SC	Milho	PROVB	1.800,0	528.000,00
Descanso	SC	Milho	PROVB	8.205,3	1.296.564,21
Herval do oeste	SC	Milho	PROVB	3.787,2	894.506,20
Ipuaçú	SC	Milho	PROVB	3.512,9	607.933,08
Itapiranga	SC	Milho	PROVB	4.231,2	722.958,39
Mondai	SC	Milho	PROVB	4.341,4	745.634,03
Pinhalzinho	SC	Milho	PROVB	8.262,8	1.355.972,95
São Miguel do Oeste	SC	Milho	PROVB	4.500,0	862.500,00
Palmitos	SC	Milho	PROVB	3.210,9	653.970,85
Maracajá	SC	Milho	PROVB	3.000,0	715.000,00
Cel Freitas	SC	Milho	PROVB	3.989,1	644.000,00
Campo Erê	SC	Milho	PROVB	6.000,0	1.001.000,00
Quilombo	SC	Milho	PROVB	266,9	49.517,37
Tangará	SC	Milho	PROVB	2.200,0	547.900,00
Joaçaba	SC	Milho	PROVB	7.300,0	2.134.000,00
São Fco do Sul	SC	Feijão	Ajuda Humanitária	5.695,6	1.276.086,31
<b>Total</b>				<b>110.663,0</b>	<b>22.045.850,80</b>

Fonte: Dirab/Suarm/Gemov

No exercício de 2012 foram realizados 06 leilões quando foi contratada a remoção de 139.549,3 toneladas de milho e feijão produtos vinculados ao PAA (MDS) para distribuição à famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional. O custo total das contratações foi de R\$ 1.904.490,85.

**Quadro 7.3.3 – Demonstrativo das Remoções Contratadas - PAA**

UF Origem	UF Destino	Produto	Motivo	Quantidade Contratada (kg)	Quantidade Removida (kg)	Quantidade Cancelada (kg)	Valor da operação (Em R\$)
SC	SE	Leite Integral	Cestas Seca	500.000,0	500.000,0	0,0	191.624,94
<b>Subtotal SE</b>				<b>500.000,0</b>	<b>500.000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>191.624,94</b>
SC	BA	Leite Integral	Cestas Seca	2.400.000,0	2.400.000,0	0,0	889.789,97
<b>Subtotal BA</b>				<b>2.400.000,0</b>	<b>2.400.000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>889.789,97</b>
RS	SC	Aroz	Cestas Alimentos	126.540,0	8.603,5	0,0	8.603,50
<b>Subtotal SC</b>				<b>126.540,0</b>	<b>8.603,5</b>	<b>0,0</b>	<b>8.603,50</b>
PE	SC	Açúcar	Cestas Alimentos	25.320,0	22.866,5	0,0	814.472,44
<b>Subtotal PE</b>				<b>25.320,0</b>	<b>22.866,5</b>	<b>0,0</b>	<b>814.472,44</b>
<b>Total Geral</b>				<b>3.051.860,0</b>	<b>2.931.470,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1.904.490,85</b>

Fonte: Sureg/Geope-SC

O recebimento do produto, em especial o milho, amenizou parcialmente os problemas enfrentados em razão da escala de oferta do principal insumo para a composição das rações.

Com a oferta do milho no programa venda balcão, a cadeia produtiva minimizou os custos de produção e a continuidade da atividade no setor produtivo de fundamental importância para o Estado de Santa Catarina, considerando que mais de oitenta por cento das propriedades rurais, enquadram-se como base da agricultura familiar.

A oferta do milho pela Conab-SC em mais de cento e cinquenta municípios Catarinenses, afetados pela estiagem, minimizaram o impacto social, gerado pelo fato.

#### 7.4. Principais indicadores de desempenho

<b>1 Nome do Indicador: Percentual de atendimento às solicitações de cadastro</b>				
Objetivo do Indicador: Identificar em que medida as solicitações de cadastro estão sendo atendidas, seja por produtores, armazenadores ou empresas que manufacturam/comercializam produtos alimentícios				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geope				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(NSa/NS) * 100$ onde: NSa=Nº de solicitações de cadastro atendidas e NS=Nº de solicitações de cadastro.				
Base geográfica: UF e Brasil.				
Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Geope				
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>				
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
100%	67,57%	73,53%	250,00%	5,77%
<b>Análise crítica do resultado do indicador em 2012:</b>				
Análise: o aumento da demanda tem como fato os preparativos, visando o processo de e certificação de unidades.				

<b>2 Nome do Indicador: Percentual de armazéns impedidos</b>				
Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e que não podem operar com os estoques públicos por não cumprirem com as exigências estabelecidas em contrato.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geope				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(N_{Ai}/N_{Av}) * 100$ onde: $N_{Ai}$ = Nº de Armazéns impedidos e $N_{Av}$ = Nº de Armazéns vistoriados. Situações de Impedimento: cadastro efetivado com impedimento, credenciado com impedimento, descredenciado, impedimento financeiro Base geográfica: UF e Brasil. Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Geope				
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>				
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
15,12%	15,00%	15,12%	43,30%	30,94%
<b>Análise crítica do resultado do indicador em 2012:</b>				
Análise: a redução gradativa do percentual de armazéns impedidos tem dois pilares, o primeiro o monitoramento da Conab e o segundo o investimento para o processo de certificação dos armazéns.				

<b>3 Nome do Indicador: Percentual de armazéns credenciados</b>				
Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e aptos a operar com os estoques públicos, por cumprirem com as exigências contratuais.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geope				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(N_{Ac}/N_{cd}) * 100$ onde: $N_{Ac}$ = Nº de Armazéns credenciados e $N_{cd}$ = Nº de Armazéns cadastrados. Base geográfica: UF e Brasil. Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Geope				
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>				
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
10,00%	10,63%	10,96%	1,79%	2,88%
<b>Análise crítica do resultado do indicador em 2012:</b>				
Análise: a manutenção do percentual deve a não intervenção governamental, em razão de preços favoráveis aos produtores. O percentual aponta os níveis esperados, visto o novo marco com o processo certificatório, visando cumprir a IN do MAPA 41/2010.				

<b>4 Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática</b>				
própria				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geope				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Q_a/C_e) * 100$ onde: $Q_a$ = Quantidade armazenada (em ton) e $C_e$ = Capacidade estática. Capacidade estática é a disponibilidade, em toneladas, para armazenamento de produtos. Base geográfica: UF e Brasil Periodicidade: Mensal				
Fonte dos dados: Geope				
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>				
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
100,00%	22,72%	32,12%	62,45%	91,04%
<b>Análise crítica do resultado do indicador em 2012:</b>				
Análise: A redução dos estoques governamentais reflete a ocupação de espaço nas UA's da Conab. É mister registrar que o percentual apresenta um desvio padrão em razão da locação de espaço para a guarda das umas eletrônicas do TRE, visto que área locada encontra-se no somatório da capacidade estática.				

<b>5 Nome do Indicador: Produtos armazenados para programas sociais em relação ao total de produtos</b>				
Objetivo do Indicador: Identificar o percentual de produtos que são destinados para os programas sociais, na rede armazenadora própria.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geope				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Qas/QA)*100$ onde: Qas=Quantidade armazenada para programas sociais e QA=Quantidade total Armazenada.				
Programas Sociais considerados: PAA, Fome Zero, Ajuda Humanitária...				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade:				
Fonte dos dados: Geope				
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>				
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
42,03%	33,35%	42,03%	70,03%	50,90%
<b>Análise crítica do resultado do indicador em 2012:</b>				
Análise: Os percentual apresentado reflete na íntegra os produtos disponíveis para as ações governamentais				

<b>6 Nome do Indicador: Custo médio para a fiscalização dos Estoques</b>				
Objetivo do Indicador: Identificar o valor médio dispendido com a fiscalização em relação ao estoque fiscalizado				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Geope				
Fórmula de cálculo e método de medição: $Cf/Ef$ onde: Cf=Custo da fiscalização e Ef=Estoque fiscalizado (em ton).				
O custo envolve despesas correntes (diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros).				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Geope e Siafi				
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>				
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
0,30%	0,18%	0,30%	0,33%	0,22%
<b>Análise crítica do resultado do indicador em 2012:</b>				
Análise: o custo da operação, é pequeno em comparação ao valor do patrimônio dos estoques fiscalizados, incluindo as unidades armazenadoras inspecionadas, levando a melhoria do processo quanto a guarda e conservação dos produtos. Visa garantir os bens armazenados.				

<b>7 Nome do Indicador: Percentual de desvio de produtos armazenados</b>				
Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais, visando adotar as medidas pertinentes				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Geope				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Ed/Ef)*100$ onde: Ed=Estoque desviado e Ef=Estoque fiscalizado.				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Geope				
<b>Evolução dos resultados do Indicador:</b>				
<b>Meta p/ o exercício de 2012</b>		<b>Resultado nos anos anteriores</b>		
<b>Prevista</b>	<b>Realizada</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
0,00%	0,05%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Análise crítica do resultado do indicador em 2012:</b>				
Análise: Em relação aos estoques fiscalizados de 140.679 toneladas foi constatado o desvio de de 74 toneladas, representando um índice de 0,05% do estoque efetivamente fiscalizado. O monitoramento constante dos bens, continuará como meta a ser cumprida para o próximo exercício.				

8 **Nome do Indicador: Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados**  
 técnicos de armazenamento  
 Tipo: Efetividade  
 Área Responsável: Geope  
 Fórmula de cálculo e método de medição:  $(Eaq/Ecf) * 100$  onde: Eaq=Estoque com alteração da qualidade e Ecf=Estoque Contábil fiscalizado.  
 Alteração de qualidade ocorre com a alteração de tipo do produto, produto fora do padrão e desclassificado.  
 Base geográfica: UF e Brasil  
 Fonte dos dados: Geope

Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
0,00%	0,025%	0,04%	0,00%	0,00%

**Análise crítica do resultado do indicador em 2012:**  
**Análise:** Em relação aos estoques fiscalizados de 140.679 toneladas foi detectado alteração de qualidade em 419 toneladas, representando um índice de 0,025% do estoque efetivamente fiscalizado. A meta para o próximo exercício é reduzir ou eliminar o percentual

9 **Nome do Indicador: Custo da remoção de produtos por tonelada**  
 Objetivo do Indicador: Acompanhar o custo da remoção de produtos  
 Tipo: Eficiência  
 Área Responsável: Geope  
 Fórmula de cálculo e método de medição:  $Cr/Tr$  onde: Cr=Custo da remoção e Tr=Tonelada removida.  
 Base geográfica: UF e Brasil  
 Periodicidade: Mensal e anual  
 Fonte dos dados: Geope

Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
100,00%	182,37%	41,68%	78,70%	251,70%

**Análise crítica do resultado do indicador em 2012:**  
**Análise:** A elevação do custo, teve como cenário maior demanda de caminhões com logística destinada aos portos, oferta de transporte em percursos menores, aumento da produção de grãos, assim como a concentração do produto oriunda do Centro Oeste.



## 8. GESTÃO TECNOLÓGICA

### 8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

#### **Planejamento da área; Perfil dos recursos humanos envolvidos; Segurança da informação; Desenvolvimento e produção de sistemas; Contratação e gestão de bens e serviços de TI**

As informações acima são centralizadas na Matriz e serão apresentadas no Relatório de Gestão da Matriz.

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Assim o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

A área informatizada da Sureg-SC é composta de equipamentos instalados em 3 (três) *Rack's*, onde os mesmos são interligados entre si através de Cabos de Rede Categoria 6 e auxiliados por *SWITCH* e *PATCH PANL* na conexão até as tomadas de distribuição para comunicação. Por ser uma Rede do tipo Topologia Estruturada a mesma é composta por dados e voz.

Piso térreo – Rack auxiliar com 1 (um) *Switch*; Primeiro piso - *Rack* com 3(três) *Switch*, 1 (uma) Central Telefônica e 1 (um) Modem para Comunicação; Segundo piso - *Rack* com 2 (duas) *Switch*, 1 (um) Roteador, 1 (um) Modem com *link* de 2 (dois) Mb, 1 (um) *Case p/HD* e 2 (dois) HD's - um de 1TB e outro de 500Gb, para armazenamento dos *Backups* diários. Servidores com Sistemas Linux e Windows 2008 onde encontram-se os Bancos de Dados, Controladores de Domínio, Arquivos de Usuários e Sistemas;

Implementado na Regional em 2010, o cabeamento é do tipo CAT.6 e até a presente data vem atendendo as necessidades dos usuários, entretanto, com o passar do tempo haverá necessidade de ajustes (aumento) do *Link*;

Equipamentos - São suficientes, entretanto ainda há necessidade de aquisições objetivando a atualização de algumas máquinas para acompanhar as novas tecnologias.

Forma de aquisição de equipamentos e programas - Esta é uma rotina executada pela Matriz (Sutin), bem como a alocação de recursos, aquisição de novos equipamentos e *softwares*, quando se fizerem necessários. Fica a cargo da Regional a manutenção, configuração e instalação dos programas nos equipamentos.

## 9. GESTÃO ESTRATÉGICA

### 9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

**Estágio de implantação da Gestão estratégica, destacando métodos de aferição e resultados Desenvolvimento de objetivos, indicadores, metas e principais iniciativas. Estratégia de alinhamento com o plano de gestão estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas .

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

## 11. GESTÃO DE PESSOAS

### 11.1. Alocação de Servidores

**Apresentar estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes à alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação possam ser melhor aproveitados.**

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos. Neste sentido, e desde sua fusão, a Companhia realizou concurso nos exercícios de 2005, 2006 e 2012, sendo este último aberto para admissão de 155 novos empregados, porém destinados exclusivamente para a Matriz. Assim, sem provimento das necessidades da Sureg.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em 2011 foram editadas as portarias de n.ºs 172, de 20 de junho, 205, de 07 de julho e 385, de 22 de setembro. Desta forma, no exercício referenciado sob o amparo da Lei da anistia, não foram efetivadas contratações na forma de retorno de colaboradores anistiados.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, foram realizados no exercício referenciado, três transferências sendo: uma da Sureg para a UA de São José, uma deste Estado, para o Estado do Mato Grosso do Sul e outra para a Matriz na condição de permuta.

O reduzido fluxo de recomposição do quadro ideal de colaboradores, quer pela impossibilidade de aproveitamento da reserva do concurso público, transferência ou ainda admissão de entrada de anistiados, os pleitos relativos a demanda de colaboradores, no sentido de identificar o número, a qualificação e o perfil dos empregados para a execução das atividades da Companhia, são recorrentes exercício após exercício, no sentido de suprir o quadro de pessoal, tanto na sede da Superintendência Regional como também nas Unidades Armazenadoras, sob nossa jurisdição. Em 2012, foram apontadas as necessidades que em síntese apresentava seja para renovação e/ou ampliação do quadro de colaboradores ser de sete para atuarem nas unidades armazenadoras e quatorze nas unidades orgânicas da Sureg.

Das funções e atribuições atualmente desenvolvidas na Sureg as alocações são realizadas observando-se os princípios de conhecimento, atitudes e habilidades para o desenvolvimento de competências para atuação como gestor, que agregue valor ao desempenho de funções estratégicas em áreas ligadas a gestão. Entretanto com a retomada do planejamento estratégico, novos métodos tendem a quantificar e qualificar as exigências para as respectivas atribuições.

### 11.2. Comunicação na Instituição

**Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a comunicação de informações importantes para a Instituição.**

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos veículos abaixo citados, observando ainda, os meios relativos a legalidade, padronização e atribuição.

Neste sentido a utilização eficiente objetiva atender os dois pilares da Companhia: o público interno e o externo.

## Parte I – Ações para o público interno

O discernimento da informação e comunicação na Companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

**Intranet** – Este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. Na página principal da Intranet notícias de interesse coletivo são divulgadas, estando distribuídas entre assuntos diários, semanais e mensais, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realizações e participações em cursos e palestras, avisos, licitações e dentre outras informações voltadas para o público interno. As matérias relevantes são impressas e publicadas no mural da Superintendência Regional e Unidades Armazenadoras. A circulação ocorre de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em conjunto com os estagiários de comunicação das Superintendências Regionais, que remetem matérias locais para divulgação. Em links acessórios também é possível pesquisar regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc. Registramos que as ações de inserção são de responsabilidade da área de comunicação da Matriz.

**Internet** – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, divulgação dos avisos de leilão relativos a comercialização, compra de produtos, contratação de empresas de transporte e operações com subvenção econômica e seus resultados, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos, normas e procedimentos para realização de operações com o governo, informações sobre o cadastramento de unidades armazenadoras, abastecimento social e comercial e, ainda informações que dão transparência pública as ações realizadas pela Companhia. É o principal canal de comunicação com a sociedade, *ou público externo e interno*.

**EntreNós** - Com leiaute de folha de informativo, com produção quinzenal, sua edição é distribuída, impressa e *on line* aos empregados da regional. Esse informativo serve para divulgar notícias e informações de interesse exclusivo dos empregados. Este informativo é a forma direta de divulgar os fatos ocorridos exclusivamente na Superintendência. Levando as informações relativas eventos com foco social e profissional da Sureg: reuniões, palestras, festas, trabalho e outros. A divulgação também é feita via Mural.

**Correio Eletrônico** – Tem sido uma das ferramentas mais eficientes na divulgação de informações de interesse individual e coletiva. Esse meio é utilizado para divulgar e cobrar informações e serviços. Sua movimentação é diária, com utilização interna e externa.

**Comunicação Interna** – As Comunicações Interna são de interesse da Companhia e suas unidades orgânicas. As informações são originadas de acordo com a área de demandante, visando a execução de ações, normatização de serviços, padronização de assuntos visando o amplo conhecimento das ações estratégicas da Conab

**CIC - Comunicador IntraChat®** é uma das ferramentas utilizadas diariamente pelos servidores da Sureg, e serve para divulgar encontros e reuniões, chamamento, e passar informações rápidas de interesse individual e ou coletivo. É um importante meio de comunicação pois é dinâmico e livre, podendo ser usados pelos empregados previamente cadastrados. Diariamente são recebidas e enviadas uma média de dez mensagens diárias.

## Parte II – Ações para o público externo

As ações voltadas para o público externo têm o objetivo de levar ao conhecimento da sociedade os programas e as atribuições desenvolvidas pela Companhia. Neste sentido, no exercício findo, a Sureg executou um conjunto de iniciativas voltadas à divulgação, parcerias e eventos relacionadas ao seu público alvo: governo, órgãos públicos, sociedade, organizações, entre outros,

demandantes das atividades da Companhia.

### **Atuação da Conab**

A atuação externa da Conab está relacionada às reuniões, palestras e apresentações realizadas nos municípios junto aos movimentos sociais, nas comunidades, nos órgãos e produtores interessados em conhecer as operações da Companhia, braço operativo dos programas do Governo Federal, favorecendo as ações relativas a atuação da Empresa no Estado. Entre as ações destacamos o PAA, o Programa Venda Balcão, ambos com foco social, entre outros.

Considerando, as restrições orçamentárias a Superintendência Regional, com subordinação à Matriz, sua atuação externa, em caso de deslocamentos, fica condicionado a previa autorização. No âmbito da Sureg-SC, no exercício de 2012 foram realizadas 26 (vinte e seis) reuniões, com a participação efetiva participação técnica ou do staff desta Superintendência:

- 1.1 – Três (3) Câmara Setorial de Milho, Suínos e Aves;
- 1.2 - Duas (2) reuniões na Câmara Setorial do Arroz;
- 1.3 - Cinco (5) reuniões sobre abastecimento de milho no Estado de Santa Catarina;
- 1.4 – Três (3) reuniões Programa Mais Alimentos;
- 1.5 - Três (3) reuniões Programa de Aquisição de Alimentos – PAA;
- 1.6 – Quatro (4) reuniões do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA/IBGE);
- 1.7 - Quatro (4) reuniões reuniões do Comitê de Produção Orgânica do MAPA – CPOrg;
- 1.8 - Uma (1) reunião na Epagri/Ciram com participação da Suinf buscando estabelecer convênio para qualificar os dados de produção de arroz; e,
- 1.9 -Uma (1) no CCA/UFSC, com participação da Suinf visando estabelecer parâmetros para qualificar os dados de produção.

### **11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho**

**Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a melhorar o clima organizacional da Instituição e o ambiente de trabalho.**

A Gestão do Clima Organizacional tem o objetivo de retratar, a partir da percepção compartilhada dos empregados, o contexto organizacional do momento pesquisado, contemplando políticas, práticas, padrões e procedimentos da Empresa.

O desenvolvimento da gestão do clima organizacional, é realizado pela matriz em Brasília num ciclo contínuo de ações integradas. A gestão do processo é realizada em cinco etapas: planejamento, diagnóstico, intervenção, monitoramento e avaliação.

O modelo elaborado, contempla a mensuração, análise e implementação de ações calcadas nos seguintes fatores: Gerenciamento; Percepção de Justiça de Procedimentos; Relações Sociais; Recompensa, Reconhecimento e Valorização Profissional; Suporte Social e Condições de Trabalho.

No exercício de 2012, de forma extemporânea, foi divulgada a pesquisa de clima organizacional realizado pela Companhia em 2008. Ação contínua a ser implementada a partir do próximo exercício.

### **11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem**

**Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento, aprendizagem, entre outras**

A estratégia de disseminação do conhecimento e aprendizagem na Conab se dá por meio da realização das ações de educação profissional, treinamento e desenvolvimento, individuais e coletivas, fazendo uso contínuo das habilidades dos colaboradores multiplicadores de ações, visando atingir os objetivos operacionais que são o alvo da Superintendência, com reuniões gerenciais de acordo com a demanda de cada área de atuação.

Até dezembro de 2012, foram realizadas as seguintes ações em cada um dos programas desenvolvidos:

#### **Programa de Educação Profissional:**

Pós-graduação *lato sensu*: 02 empregados da Superintendência Regional realizaram cursos de especialização custeados parte pela Conab.

#### **Programa de Treinamento:**

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab-SC também estimulou a iniciação para participação do Plano de Educação Corporativa- PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

Anualmente, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento- LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos também cursos voltados para desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

No exercício de 2012, a Sureg-SC efetivou o treinamentos de 154 empregados, conforme quadro abaixo, classificados como Treinamento Técnico e Treinamentos Administrativos:

#### **a) Quanto ao número de treinandos**

**Quadro 11.4 – Números de Treinandos em 2011 e 2012**

Área de Conhecimento (2011)	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	50	170	3,4
Auditoria	0	0	-
Comunicação Social	0	0	-
Educação e Desenvolvimento	29	284	9,78
Financeira	1	450	450
Gerencial	0	0	-
Informática	0	0	-
Jurídica	15	30	2
Operacional	0	0	-
Planejamento	5	152	30,4
Qualidade	0	0	-
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>1.086</b>	<b>10,86</b>

Área de Conhecimento – 2012										Total	
Administrativa		Auditoria		Comunicação Social		Educação e Desenvolvimento		Financeira			
N.º Treinados	Homens/Horas	N.º Treinados	Homens/Horas	N.º Treinados	Homens/Horas	N.º Treinados	Homens/Horas	N.º Treinados	Homens/Horas		
41	276:30:00	4	108:00:00	36	360:00:00	38	188:00:00	6	224:00:00		
Financeira		Gerencial		Informática		Jurídica		Operacional			
N.º Treinados	Homens/Horas	N.º Treinados	Homens/Horas	N.º Treinados	Homens/Horas	N.º Treinados	Homens/Horas	N.º Treinados	Homens/Horas		
6	224:00:00					3	64:00:00	1	16:00:00	N.º Treinados	Homens/Horas
6	224:00:00	0	00:00:00	0	00:00:00	3	64:00:00	1	16:00:00	154	1398:30:00

Fonte: Digepl/Sumoc/Gecap

Em 2012 foram totalizadas 1.398:30 horas, com acréscimo de aproximadamente 28% em relação ao exercício anterior, que foi de 1.086 horas.

Em relação ao número de empregados treinados, com referência ao ano anterior, houve acréscimo de mais de 50%, destacando-se a área Administrativa e de comunicação Social

## b) Resultados Alcançados

Os resultados a seguir detalhados mostram de forma global o envolvimento de todas as atividades desenvolvidas pela área de capacitação da Companhia e que a metodologia de avaliação ainda se encontra em processo de validação pela Conab, com implantação prevista para o exercício de 2013.

A aprendizagem profissional com a oferta de oportunidades de atuação de estudantes em seus processos e projetos é incentivada na Superintendência com a abertura do maior número de vagas possíveis. Esse programa é composto de 2 subprogramas e em 2012, as seguintes ações foram executadas:

a) Estagiários – o programa tem por objetivo apoiar o processo de formação e qualificação dos estagiários, dos níveis de escolaridade médio e graduação, estimulando a aprendizagem profissional. Em 2012, a Conab manteve, em média, onze estagiários, sendo um estudante do nível médio e dez estudantes de nível de graduação.

b) Menor Aprendiz - este subprograma apoia o processo de aprimoramento da qualificação dos menores aprendizes. Embasado no art 428 da Lei 10.097 o Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, a oportunidade de acesso de vagas de trabalho.

Em 2012, a Conab-SC, no contexto da lei recebeu dois menores aprendizes. Nesta missão estaremos apoiando o desenvolvimento intelectual e profissional futuro dos participantes.

## 11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab

### Composição do quadro de servidores ativos

**Quadro 11.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Empregado em Cargos Efetivos</b>	Não há	59	0	0
1.1. Cargos de Carreira	-	59	0	0
<b>2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)</b>	Não há	0	0	0
2.1. Diretor	-			
2.2. Assessor	-			
2.3. Requisitado	-			
<b>3. Conselheiro de Administração / Fiscal</b>	Não há			
<b>4. Pensão Vitalícia</b>	Não há			
<b>5. Total de Empregados (1+2+3+4)</b>		59	0	0

Fonte: Dige/Sugep

A força de trabalho na Superintendência Regional de Santa Catarina, em comparação ao exercício anterior, não houve alteração mantendo-se no mesmo número de 59 empregados.

**Quadro 11.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2)</b>	0
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2)</b>	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Aposentadoria – invalidez temporária	1
<b>3. Licença Remunerada (3.1+3.2)</b>	1
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	1
3.2. Licença Maternidade – Emp Cidadã – 60 dias	1
<b>4. Licença não Remunerada (particular)</b>	
<b>5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>6. Total dos Empregados (1+2+3+4+5)</b>	2

Fonte: Dige/Sugep

Aos empregados da Conab, nos casos de afastamentos acima de 15 dias, prevalecem as regras da Previdência Social.

Para o ano de 2012, houve um afastamento por licença maternidade, incluindo os 60 dias adicionais e um afastamento por motivo de invalidez.

**Quadro 11.5.3 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Funções Gratificadas</b>	-	20	5	3
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		20	5	3
1.2. Empregado com Contrato Especial / Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
<b>2. Total de Empregados com Função Gratificada</b>	-	20	5	3

Fonte: Dige/Sugep



Do quadro total de (59) empregados de cargo efetivo, 20 empregados exercem funções gratificadas, sendo que dois são das Unidades Armazenadoras de São José e Herval D'Oeste, na função de Gerente. Nas unidades orgânicas da Sureg-SC, os cargos com funções gratificadas estão distribuídos da seguinte forma: um de Superintendente Regional, um de Assistente, quatro de Gerentes, oito de Encarregados e quatro de Secretárias. Suas ocupações, visando o conceito de gestão de pessoas são associadas as habilidades, métodos e práticas definidas como o objetivo de potencializar o capital humano na Companhia.

**Quadro 11.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Empregado de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>24</b>	<b>5</b>
1.1. Em Cargo de Carreira		4	4	24	5
<b>2. Empregado em Função Gratificada</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Carreira		5	6	11	
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)					
2.3. Requisitado					
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>35</b>	<b>5</b>

Fonte: Dige/Sugep

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício.

Verifica-se que do tal da força de trabalho, 40 empregados (67% do quadro de pessoal) reúnem as condições para o desligamento da Empresa. No início do exercício, havia 22 empregados aposentados que mantinham contrato de trabalho com a Conab.

O objetivo de renovar a mão de obra, com a contratação de pessoal de nível médio e técnico, é recorrente na Companhia.

**Quadro 11.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
<b>1. Empregado de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Em Cargo de Carreira		1		3	6	3	14	1	4	3	2			
<b>2. Empregado em Função Gratificada</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Carreira							10		7	5				
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)														
2.3. Requisitado														
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>24</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

LEGENDA - Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: Dige/Sugep

Referente ao quadro Quantidade de servidores por nível de escolaridade, 37% dos empregados estão enquadrados na função gratificada, representando 22 empregados, onde 10 possuem o nível de escolaridade de segundo grau completo e 12 do curso superior completo.

A compatibilidade do quantitativo dos níveis de 4ª série incompleta a segundo grau incompleto, 13 empregados continuam enquadrado nesse nível de escolaridade.

As ações de desenvolvimento profissional são cruciais no setor público, cabendo aos gestores estimular os empregados a progredirem na carreira, e não somente a cumprir suas funções de forma mais eficaz. Implantando práticas de gerenciamento, planejamento e avaliação de desempenho, visualizando um ambiente profissional e positivo na organização.

**Composição do quadro de estagiários**

**Quadro 11.5.6 – Composição do Quadro de Estagiários**

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIO SUREG SC					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágios vigentes				Custo do Exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	
<b>Nível Superior</b>					R\$ 95.626,03
Área Fim	3	3	3	3	
Área Meio	8	7	7	8	
<b>Nível Médio</b>					
Área Fim	1	1	1	1	
Área Meio					
<b>3. Total (1+2)</b>	12	11	11	12	

Fonte: Digep/Sumoc

A Superintendência Regional, como forma de oportunizar às novas forças de trabalho, está autorizada a trabalhar com 12 estagiários, estando um lotado na U.A. Herval D'Oeste e os demais na Sede da Superintendência. Apesar do investimento na ordem de R\$ 95.626,03, esse representou um grande avanço e retorno para a Conab e para a comunidade estudantil.

**Quadro 11.5.7– Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provento em Comissão</b>											
Exercícios	2010	3.577.902,68	-	-	-	128.400,00	630.646,34	-	360.694,54	-	4.697.643,56
	2011	4.726.881,04	-	-	-	156.523,00	617.829,00	-	-	-	5.501.233,04
	2012	5.529.259,50	-	-	-	48.011,00	646.505,50	-	187.782,12	-	6.411.558,12
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)</b>											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2010	2.563.285,24	-	1.078.434,96	-	54.949,00	333.295,80	-	174.010,94	-	4.203.975,94
	2011	2.631.507,46	-	1.026.252,64	-	16.258,00	369.363,60	-	-	-	4.043.381,70
	2012	3.061.277,86	-	1.140.430,26	13.693,88	-	395.516,88	-	83.866,94	-	4.694.785,82
<b>Pensão Vitalícia</b>											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

**ENCARGOS SOCIAIS**

DEMAIS EMPREGADOS		
ANO 2010 – (R\$)	ANO 2011 – (R\$)	ANO 2012 – (R\$)
1.946.774,12	2.244.652,56	2.664.488,50

Fonte: Digep/Sugep

Comparando o exercício de 2012 com os de 2010 e 2011, a elevação do valor total com pessoal, se deve exclusivamente pelos reajustes obrigatórios admitidos pelos Acordos Coletivos de trabalho e aprovados pelo governo federal. A mesma situação é válida no comparativo para os empregados que ocupam funções de gratificação, em razão da proporcionalidade do reajuste salarial. Assim, 31% dos trabalhadores correspondia aos custos dos que ocupam cargo comissionado/função de confiança em relação ao total de 2012.

#### Quadro 11.5.8 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Superintendência Regional de Santa Catarina															
UG/Gestão: 135284/22211										CNPJ: 26.461.699/0270-38					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2008	V	O	03/2008	87134086/0001-23	01/09/12	31/08/13	-		8		-		A	-	0
2009	L	O	03/2011	02531343/0001-08	01/03/12	28/02/13	1						A		0
2011	L	O	01/2012	02220017/0001-80	23/04/12	22/04/13	2		-		-	-	A	-	0

**Observações:** Os serviços terceirizados são realizados por fazerem parte de serviços fora quadro da Conab.

Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado  
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Gefad-SC

A Sureg para atender suas demandas e não possuir pessoal para a realização do trabalho desejado vem utilizando dos serviços de limpeza, higiene e conservação e de vigilância armada terceirizados, para manutenção e proteção do patrimônio. Para tanto tem cumprido a legislação e as diretrizes emanadas dos órgãos supervisores, procurando não realizar prorrogações excepcionais e/ou emergenciais.

**Quadro 11.5.9 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Unidade Contratante										
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA										
UG/Gestão: 135284/22211					CNPJ: 26.461.699/0270-38					
Informações sobre os Contratos										
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores			
					Início	Fim	F		M	
							P	C	P	C
2011	2	O	04/2011	08.268.712/0001-06	17/04/12	16/04/13			1	
2011	*12	O	acordo	00.639.019/0001-82	01/05/12	30/04/13				
2008	1	O	03/2008	87.134.086/0001-23	01/09/12	31/08/13			8	
2012	**12	O	03/2012	01.171.278/0001-30	03/09/12	03/04/13			2	
2011	***12	O	03/2011	02.531.343/0001-08	01/03/12	28/02/13	1			
2012	****12	O	01/2012	02.220.017/0001-80	23/04/12	22/04/13	2			
2012	11	O	16414	37.381.902/0001-25	15/03/12	14/03/14	2			

**Observações:** \*12 –firmado acordo de trabalho com o Sindicato para a prestação serviços de braçagem na UA. Herval D'Oeste de 13 estagiários contratados pela Sureg-SC. \*\*\* Serviço de limpeza e conservação na UA. Herval D'Oeste. \*\*\*\* Serviço de Sureg-SC.

**LEGENDA****Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S)

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Enc

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivament

Fonte: GEFAD-SC

A Regional por não possuir pessoal suficiente e apropriado utiliza-se dos serviços terceirizados, para manter o patrimônio em perfeito funcionamento. Para tanto tem cumprido a legislação e as diretrizes emanadas dos órgãos supervisores, procurando não realizar prorrogações excepcionais e/ou emergenciais.

As áreas indicadas por “Outras”, tratam de serviços terceirizados como braçagem, estagiários e limpeza e conservação. A Área “2” refere-se aos serviços de Mensageiria Motorizada - Motoboy.

---

**Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.**

A Conab está sujeita ao regime CLT, não havendo ocorrência de concessão de aposentadoria e pensões.

Para o exercício de 2012 não ocorreram a contratação de empregados, assim como desligamentos. Foi registrado apenas um afastamento por invalidez.

## Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	59	60	58
<b>Análise:</b> Quanto a rotatividade de pessoal nos anos de 2010 a 2012, não houve contratações e demissão no período, a alteração que se apresenta no quadro refere-se a movimentações de transferências internas.			
<b>Área Responsável:</b> Sugep/Gepes			
<b>Fonte dos dados:</b> Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH			
Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	59	60	58
<b>Análise:</b> Referente a realização dos exames dos exames médicos periódicos, todos os empregados ativos, com exceção dos empregados afastados pelo INSS, realizaram os exames periódicos, com a devida expedição dos ASO'S.			
<b>Área Responsável:</b> Sugep/Gebem			
<b>Fonte dos dados:</b> Sugep/Gebem/Regionais			
Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em relação ao Quadro de Lotação Médio	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	0	0	0
<b>Análise:</b> Com relação aos Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais na Sureg/SC, de 2010 a 2012, não houve ocorrências.			
<b>Área Responsável:</b> Sugep/Gebem			
<b>Fonte dos dados:</b> Sugep/Gebem/Regionais			
Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	28,81	28,33	29,31
<b>Análise:</b> O percentual de empregados com nível superior não teve variação, pois o último concurso para as Superintendências Regionais foi em 2005, a pequena variação apresentada no quadro de 2010 a 2012, deve-se a variação do número de empregado total. Desde 2010 a Sureg/SC dispõe de 17 empregados com nível superior.			
<b>Área Responsável:</b> Sugep/Gebem			
<b>Fonte dos dados:</b> Sugep/Gebem/Regionais			

### 11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Informações sobre as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 19/98 e 34/2001) relativamente aos seus empregados, assim como sobre as medidas adotadas nos casos identificados de acumulação, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/93.

Na Superintendência Regional o controle das acumulações de cargos estão atendidas mediante as normas da Companhia não havendo situações de acúmulo de cargos e funções até o exercício de 2012.

O controle é realizado por meio da frequência e mediante declaração pelo próprio empregado, informando que o mesmo não possui outro emprego em atendimento à Constituição Federal e normativos internos.

### 11.7. Previdência Complementar (Cibrius)

**Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab, Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS.**

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

#### Identificação da Unidade (Entidade)

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

#### Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012

Na Superintendência Regional de Santa Catarina, em 2012 foram pagos contribuições aos empregados no valor R\$ 292.130,12, num total de 28 participantes, que correspondeu a 1,92% de participação.

#### Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012

Na Superintendência Regional de Santa Catarina, em 2012 foram pagos contribuições Patronais no valor R\$ 292.229,30, num total de 28 participantes, que correspondeu a 1,93% de participação.

#### Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS

Na Superintendência Regional de Santa Catarina, em 2012 foram pagos contribuições aos Beneficiários no valor R\$ 277.750,15, num total de 20 participantes assistidos, correspondendo a 1,22% de participação.

**Resultado Financeiro do CIBRIUS**

(Objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília)).

**Quadro 11.7 - Rentabilidade por Segmento e Carteira Geral  
Plano de Benefício Definido – Dezembro 2012**

<b>RENDA FIXA</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,91%	15,51%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,42%	8,66%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		<b>-0,32%</b>	2,61%
Rentabilidade x Benchmark		<b>-0,32%</b>	2,61%

<b>RENDA VARIÁVEL</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		4,35%	10,60%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 11% a.a	1,62%	17,92%
Benchmark	IBr-X	5,05%	11,84%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		3,84%	4,04%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		2,69%	<b>-6,20%</b>
Rentabilidade x Benchmark		<b>-0,66%</b>	<b>-1,10%</b>

<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		28,35%	130,70%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Benchmark	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		27,73%	117,02%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		27,00%	108,86%
Rentabilidade x Benchmark		27,00%	108,86%

<b>IMÓVEIS</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,41%	27,92%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		<b>-0,08%</b>	20,33%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		<b>-0,81%</b>	13,65%
Rentabilidade x Benchmark		<b>-0,81%</b>	13,65%

<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,58%	16,46%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,09%	9,55%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		0,34%	3,45%
Rentabilidade x Benchmark		0,34%	3,45%

<b>CARTEIRA GERAL</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,53%	16,76%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,04%	9,84%
Rentabilidade x Benchmark		0,30%	3,72%

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013

Os resultados da Carteira Geral alcançaram 9,84% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1% e 3,72% quando comparados com INPC+6%.

**Demonstrativo da Posição das aplicações do CIBRIUS** (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília)).

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a Resolução nº 3.456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares nºs 108 e 109/2001.

**Análise das conclusões do Parecer Atuarial Anual do CIBRIUS** (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília)).

Analisando o parecer Atuarial da lavra da ATU-VERITA – Assessoria e Consultoria Atuarial, sobre o Plano de Benefícios em âmbito nacional, depreende-se que:

- em decorrência da NÃO contratação de dívidas e a não amortização das insuficiências o custo do serviço passado a amortizar AUMENTOU, de 255,54% para 294,08% sobre “folha de salários de participação dos ativos;
- em razão de alterações de hipóteses atuariais, o custo normal do plano para o exercício seguinte passou de 17,47% pra 19,93 sobre o total da folha de salários dos participantes, representando um aumento de 2,46%.
- a atualização das provisões matemáticas mediante aplicação do índice do plano (TR acrescida da taxa de juros de 6% aa.) apresenta descompasso em relação à meta atuarial ou ao reajuste (crescimento) dos salários dos participantes ativos, cujas negociações coletivas asseguram, no mínimo, a inflação do período medida pelo IPCA ou INPC;
- o grupo de custeio está exposto a riscos atuariais (risco de sobrevivência e retorno dos investimento; crescimento real de salário; oscilação da média dos últimos 36 salários de participação que formam o SRB, além do teto que limita os salários de contribuição; risco do índice indexador do plano; redução do grupo pela falta de ingresso de novos participantes e consequente envelhecimento da massa de participantes e, maior esforço contributivo para fazer frente aos gastos administrativos; considerando os atuais 829 iminentes como se já estivessem aposentados, a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 344% das receitas de contribuição e caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio; além de riscos devido a fatos estruturais, a atual situação do plano quanto a reservas a amortizar, risco pelo atual grau de capitalização do plano com cobertura das Reservas, sendo que os Benefícios a Conceder a cobertura corresponde a apenas 28% das reservas matemáticas, ou seja, no momento o plano está insolvente.);
- o déficit técnico deve ser equalizado observando o valor apurado em 31/05/2000, R\$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (INPC + 6%) devendo ser alterado o índice de correção dos benefícios concedidos por um índice que efetivamente represente a inflação, como também a aplicação de outro regime financeiro de capitalização, vez que o Crédito Unitário Projetado (PUC) tem perspectiva de evolução crescente de taxa de custeio, caso o plano não tenha ingresso de novos participantes;

Por conseguinte, sob pena de agravamento da situação de insolvência e em face do envelhecimento da massa, redução do grupo e da restrição de ingresso de novos participantes, o equacionamento das insuficiências se reveste de caráter prioritário, exigindo medidas efetivas e diligentes dos Gestores do Cibrius e da Conab quanto ao encaminhamento/ajustamento das posições da STN, já manifestada em Nota Técnica e, por outro lado do DEST, que até o encerramento do exercício não havia se manifestado formalmente, embora tenha participado de reuniões sobre o assunto.

Cabe acrescentar contudo, que por meio da Nota Técnica n.º 48/CGINP-MP, de 07/02/2013, o DEST se manifestou nos seguintes termos:

*Item 27 - “Considerando que este Departamento, permanentemente, tem participado da condução do assunto em tela junto a STN/MF e, portanto, concordando com os encaminhamentos exarados em Nota Técnica daquele órgão, reafirmamos a necessidade de se promover a solução de consenso, até aqui debatida e acordada entre todos os órgãos envolvidos, quais sejam: DEST, STN, MAPA, PREVIC, CONAB e CIBRIUS, cuja finalidade, até o momento, foi evitar nova intervenção e*



*possível liquidação do plano, quais sejam:*

- a) fechamento imediato do atual plano de benefício;*
- b) implantação imediata de novo plano;*
- c) saldamento do atual plano, respeitando os limites exarados nesta Nota;*
- d) contratação do valor de responsabilidade exclusiva da Conab no prazo a ser acordado junto a Previc e a taxa de juros não superior a meta-atuarial vigente; e*
- e) providências visando redução de custo administrativo, considerando a hipótese de transferência de gerenciamento dos planos de benefícios e extinção do Cibrius.”*

*Item 28 - “Assim, sugerimos que este Departamento se manifeste favoravelmente ao encaminhamento dado pela STN/MF e corroborado nesta Nota Técnica, oficiando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.” Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.”*

A referida Nota Técnica foi aprovada pelo titular do citado Departamento, encaminhada à CONAB por intermédio do MAPA, encontrando-se, no momento (mai/13), em fase de estruturação/formalização dos instrumentos legais, com vistas a aprovação dos órgãos colegiados da EFPC e da Patrocinadora CONAB e posteriormente à PREVIC para ratificação.

Considerando os encaminhamentos e providências adotadas, o assunto deverá ser equacionado em 2013 e os problemas solucionados.

## 12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

### 12.1 Programas e Ações do PPA

Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA

Quadro 12.1.1 – Ações orçamentárias da UJ

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido(t)	332.160	4.590	50.000.000,00	28.765.895,85
		011F	2829 - Recuperação da Rede Própria	Unid Modernizada	2	2	135.153,26	48.512,50
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	45	119	60.000,00	35.880,71
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safra	Pesq realizada	12	12	70.000,00	51.174,49
		02F9	8579 - Geração de Informações	Infom disponib	-	-	0,00	4.765,10
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	2.500.000,00	2.362.118,82
			0110 - Previdência Privada	Não tem	Não tem	Não tem	0,00	99,18
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	1.000.000,00	868.684,24
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	190	186	190.000,00	183.778,02
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	50	55	7.000,00	5.232,85
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	58	59	360.000,00	357.650,08
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	160	154	30.000,00	26.136,20
			0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	250.000,00	244.776,96
			00H2 - Pgto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	91.500,00	91.367,42

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

### Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas;

**ACÃO 2130** - A maioria dos produtos amparados pela PGPM apresentaram preços equilibrados, ou seja, igual ou acima dos preços mínimos fixados, não necessitando de toda a intervenção prevista. A execução orçamentária registrada na ação refere-se a movimentação de estoques governamentais, para suprir o abastecimento interno de milho, demandado pelos pequenos criadores e remoção de feijão destinado Ajuda Humanitária.

Com referência ao cumprimento da meta realizada, registramos que a quantidade mencionada refere-se a aquisição de embalagens, destinada ao atendimento da Ajuda Humanitária Internacional

**ACÃO 2829** - Considerando que as unidades armazenadoras da Conab, demandam de manutenção e adaptação visando o processo de certificação das UA's e ainda considerando o tempo que as mesmas encontra-se em atividade. Foram previstos recursos orçamentários da ordem de R\$ 135.153,26, com execução de 35,89% do orçamento disponibilizado.

A execução ficou comprometido em razão da normatização para execução da obra de alteração da portaria da unidade armazenadora de Herval do Oeste, entretanto, o projeto teve sua aprovação no exercício referenciado.

**ACÃO 2137** - Diferença resultante de contingenciamento orçamentário, diminuição dos estoques resultante de comercialização, inexistência de aquisição de produtos amparados pela PGPM e com subvenção econômica.

Quanto ao cumprimento da meta física a mesma foi cumprida na íntegra, com execução orçamentária nos parâmetros previstos, em razão da diminuição de estoques governamentais.

**ACÃO 4711** - Durante o ano-safra a Conab realiza pesquisas de campo intercaladas por outras realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento, etc). No caso de ocorrências de

situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

Quanto a Meta física prevista e a realizada, esta última foi inferior em função do menor custo em relação à material de expediente, combustível e redução de diárias.

Registre-se que, a quantidade de pesquisa foi executada em consonância com as metas programadas para os levantamentos propostos à Regional.

O Levantamento de Safras tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.

Durante o ano-safra a Sureg-SC realiza seis pesquisas de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais, pesquisas de campo complementares são feitas nas áreas afetadas.

As pesquisas tem como objetivo mensurar a área cultivada, a produtividade e a produção das principais culturas de importância agrícola para o Estado. Para isso, os técnicos da Conab visitaram produtores rurais, agrônomos e técnicos de Cooperativas, de secretarias municipais de agricultura, de órgãos de assistência técnica e extensão rural (oficiais e privados) e revendedores de insumos, nos principais municípios produtores do Estado de Santa Catarina, divididos em quatro roteiros.

A Superintendência Regional realizou o Levantamento da safra de grãos no Estado de Santa Catarina para as culturas do arroz, milho, feijão, trigo, triticales, cevada e soja.

## Principais resultados no levantamento de produção

**Quadro 12.1.2 – Levantamento da Safra Área x Produção**

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2011/12 (a)	2012/13 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2011/12 (a)	2012/13 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão								
<b>Amendoim total</b>								
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra								
Arroz	150,1	150,1	0,0	0,0	1.050,7	1.082,2	3,0	31,5
Aveia								
Canola	0,4	0,4	0,0	0,0	0,3	0,3	0,0	0,0
Centeio								
Cevada	3,2	4,5	40,6	1,3	10,6	13,5	27,4	2,9
<b>Feijão total</b>	<b>86,8</b>	<b>76,8</b>	<b>-11,5</b>	<b>-10,0</b>	<b>117,3</b>	<b>133,8</b>	<b>14,1</b>	<b>16,5</b>
Feijão 1ª safra	63,5	53,5	-15,7	-10,0	93,0	104,3	12,2	11,3
Feijão 2ª safra	23,3	23,3	0,0	0,0	24,3	29,5	21,4	5,2
Feijão 3ª safra								
Girassol								
Mamona								
<b>Milho total</b>	<b>536,7</b>	<b>500,7</b>	<b>-6,7</b>	<b>-36,0</b>	<b>2.947,0</b>	<b>3.234,5</b>	<b>9,8</b>	<b>287,5</b>
Milho 1ª safra	536,7	500,7	-6,7	-36,0	2.947,0	3.234,5	9,8	287,5
Milho 2ª safra								
Soja	448,3	497,5	11,0	49,2	1.084,9	1.542,3	42,2	457,4
Sorgo								
Trigo	76,0	67,1	-11,7	-8,9	235,6	141,6	-39,9	-94,0
Triticale	1,7	0,4	-76,5	-1,3	4,2	0,9	-78,6	-3,3
<b>Total SC</b>	<b>1.303,2</b>	<b>1.297,5</b>	<b>-0,4</b>	<b>-5,7</b>	<b>5.450,6</b>	<b>6.149,1</b>	<b>12,8</b>	<b>698,5</b>

Fonte: Suinif/ Geasa e Sureg-SC – 3º Levantamento de Safras 2012/2013 – Dezembro de 2012.

Os dados de área e produção da safra 2012/2013 referem-se ao 3º Levantamento de Safras de 2012, divulgados em dezembro do mesmo ano e mostram a tendência de plantio e produção das principais culturas, muitas delas apresentando variações significativas em relação à safra anterior, tais como o

milho, soja, trigo e feijão.

A variação reflete as condições de mercado para os diversos grãos, principalmente a soja, cujas cotações permaneceram em alta durante todo o ano em consequência da quebra de safra norte-americana, motivando os produtores a investir na cultura em detrimento de outras, como o milho e feijão 1ª safra, que apresentaram reduções em suas áreas.

No quadro a seguir demonstra a evolução da intenção de plantio para as culturas agrícolas de Santa Catarina a partir do primeiro levantamento, realizado em setembro/2012, divulgado em outubro. Observa-se que os dados de área, principalmente da soja, ficaram dentro dos limites inferiores e superiores previamente estipulados pela Conab, corroborando com as estimativas coletadas em campo e com a expectativa dos agentes de mercado agrícola. Em relação ao milho, notou-se uma redução maior que o projetado inicialmente, resultado das boas cotações da soja no mercado internacional, os quais motivaram os agricultores em apostar na oleaginosa, em detrimento do cereal, seguido de explicação técnica para cada cultura.

**Quadro 12.1.3 – Levantamento da Safra 1º x 12º LAS**

Produto	1º LAS – OUT/11		12º LAS – AGO/12	
	Área (Em mil ha)	Produção (mil t.)	Área (Em mil ha)	Produção (mil t.)
	Limite Inferior – Limite Superior	Limite Inferior – Limite Superior		
Arroz	147,4 – 151,9	1.031,8 – 1.063,3	150,10	1.077,70
Canola	0,40	0,50	0,40	0,30
Cevada	2,70	7,20	3,20	10,60
Feijão 1ª safra	71,7 – 75,0	118,3 – 123,8	63,50	93,00
Feijão 2ª safra	22,5 – 22,5	28,6 – 28,6	23,30	24,30
Milho	567,4 – 581,1	3.665,4 – 3.753,9	536,70	2.947,00
Soja	449,0 – 458,2	1.347,0 – 1.374,6	448,30	1.084,90
Trigo	82,00	219,80	76,00	235,60
Triticale	1,50	3,90	1,70	4,20

Fonte: Suinif/ Geasa e Sureg-SC – Levantamento de Safras – 1º LAS 2011/2012 – e 12º LAS 2011/2012.

**Milho** - De forma geral, o clima influenciou negativamente na área plantada se comparado com a safra anterior. A falta de chuva e ocorrência de chuvas mal distribuídas resultaram em redução da produtividade esperada inicialmente em algumas regiões. A redução da área projetada inicialmente se deu por conta do uso de parte das lavouras para silagem para alimentação do gado, considerando o prejuízo ocasionado pela falta de chuvas, resultando em má formação dos grãos.

**Soja** - Assim como para as outras culturas, o clima foi o fator determinante para a queda da produtividade projetada inicialmente e, em relação ao obtido na safra anterior. As chuvas ocorreram de forma espaçada e irregular, sendo que, em muitos municípios, houve grandes volumes concentrados em curto espaço de tempo e, algumas vezes, localizadas em determinadas regiões. A irregularidade das precipitações resultaram em diferenças expressivas de produtividade dentro do mesmo município ou região. Em alguns municípios, as variedades precoces apresentaram menores rendimentos, uma vez que a falta de chuvas coincidiu com os períodos de floração e início de formação de grãos, fase crítica do desenvolvimento das lavouras.

**Feijão** - O clima foi o principal fator responsável pela redução da produtividade apresentada. A falta de chuvas e sua ocorrência de forma irregular afetaram grande parte dos produtores, sendo que, dentro da mesma região de produção, algumas áreas apresentaram clima praticamente estável, com ocorrência de chuvas normais, enquanto em outras houve falta de chuva. De forma geral, o Estado foi afetado pela estiagem, em maior ou menor intensidade, com registro de perdas nas produtividades estimadas inicialmente.

**Arroz** - Por ser totalmente conduzido na forma irrigada, a cultura se torna menos dependente das precipitações durante seu desenvolvimento, tendo em vista o suprimento de água é oriundo dos

mananciais disponíveis, como rios e barragens. A alta insolação, associada ao sistema de cultivo, garante estabilidade e, até mesmo, aumento da produtividade estimada inicialmente, caso as condições fitossanitárias sejam satisfatórias.

Trigo - Principal cultura de inverno, o tamanho da área ainda é dependente da escolha do produtor em investir no seu cultivo, influenciado, principalmente, pelos preços de mercado atual e futuro. Ademais, a boa rentabilidade das culturas de verão, como milho e soja, interferem na decisão do produtor em implantar o cereal, pois a época de colheita do trigo pode influenciar no período preferencial de plantio das culturas de verão. Instabilidades climáticas durante o período de desenvolvimento e colheita, além de oscilações dos preços, são fatores decisivos ao cultivo do cereal. Assim, a área estimada inicialmente sofreu variação significativa.

**ACÃO 8579** - As informações e o conhecimento disponibilizados pela Companhia contribuem para o desenvolvimento da sociedade e são essenciais para a formulação de políticas públicas, para a regulação da oferta de alimentos e para a organização da comercialização agrícola, além de oferecer meios para a garantia de renda do produtor.

Visando atender ao seu público alvo e à sociedade, a Conab elabora e disponibiliza informações da agropecuária e do abastecimento. Assim, uma equipe providenciou o levantamento, em campo, de informantes para elaboração dos custos de produção, dentre eles aves e suínos, bem como o cadastro/atualização de informantes de preços para atender ao PGPAF.

No exercício findo a Conab-SC, participou do levantamento dos estoques privados de arroz, com envio de 1013 Boletins de Levantamento de Estoques Privados aos agentes armazenadores. Do quantitativo retornaram à Sureg, os boletins abaixo, com as respectivas ações adotadas no âmbito deste Estado:

- a) Boletins devolvidos : 387 pesquisas lançadas no sistema SIEPNET;
- b) Boletins com informações de não operaram mais com a cultura do arroz – 130 na condição de pessoa e 96 armazéns na mesma condição de pessoa física;
- c) Armazéns que não executam atividades de armazenamento de arroz : 400.

**ACÃO 00H1** - Com relação ao pagamento de pessoal ativo, a meta financeira prevista foi de R\$ 2.500,000,00, sendo que o total realizado foi de R\$ 2.362.118,82, perfazendo 94,48%, percentual este que atende a previsão da meta financeira.

**ACÃO 0110** - Com relação a meta financeira da previdência privada, não havia previsão, entretanto houve desembolso no valor de R\$ 99,18, que corresponde ao pagamento de recibo de proventos de aposentadoria por invalidez.

**ACÃO 2000** – Da meta financeira prevista foi realizada o percentual de 86,9%, que considerando a projeção está condizente com as despesas da Administração.

**ACÃO 2004** - Plano de Saúde da Conab é de autogestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do empregado é calculada de acordo com nível salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), constante em Acordo Coletivo de Trabalho.

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da Conab e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada a meta física de R\$ 190.000,00. Durante o exercício de 2012, foram executados R\$183.788,02, perfazendo 97% da meta prevista, atendendo 186 beneficiários dos 190 planejados como meta.

Os atendimentos estão dentro do esperado, sendo que neste exercício, houve um volume menor de procura por médicos e dentistas por parte dos beneficiários, atingindo o percentual de 97,89% em relação a meta proposta.

**ACÃO 2011** - Para o exercício 2012, a dotação orçamentária aprovada para a Sureg-SC foi de R\$ 7.000,00, tendo sido liquidado o valor de R\$ 5,232,85, resultando no atingimento de 74,76%, e teve como meta física atender uma média de 50 beneficiários/mês, mas beneficiou 55.

Com relação a meta prevista de beneficiários, o quadro apresenta a quantidade de empregados que recebem o vale transporte por meio da folha de pagamento, sendo que o valores previsto e executado, representam os empregados que recebem vale transporte em cartão ou papel, que apenas quatro.

Ainda assim, a diferença do valor liquidado em relação ao previsto se justifica devido a migração destes funcionários para o vale transporte pago em folha de pagamento, e atualmente todos os empregados optaram por receber o vale transporte em folha de pagamento.

**ACÃO 2012** - O auxílio-alimentação na forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

É concedido em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia, do auxílio alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

No exercício de 2012, a Regional previa uma dotação orçamentária de R\$360.000,00, sendo executados R\$357.650,08, perfazendo 99,35% da meta estabelecida, sendo praticamente a totalidade do valor previsto.

A Sureg-SC previa o atendimento a 58 empregados e beneficiou 59, sendo que este acréscimo ocorreu devido a transferência de empregado de outra unidade.

**ACÃO 4572** - Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Para a Sureg/SC no exercício de 2012, a previsão da meta financeira foi no valor de R\$30.000,00, sendo que a execução orçamentária foi de R\$ 26.136,20, representando 87,12% de execução em relação a meta estabelecida, a redução dos valores deveu-se às ações de treinamento com palestras e cursos gratuitos na área de Gestão de contratos (ministrados pela CGU), da saúde, segurança do trabalho e primeiros socorros.

A meta física aprovada para aquele exercício abrangia 160 empregados, sendo que o executado foi de 157, atingindo um percentual de 98,13%, valor próximo a meta proposta.

**ACÃO 0022** - A execução das sentenças judiciais com trânsito em julgado no âmbito da Sureg/SC atingiu 97,91% da programação de R\$ 250.000,00 com valor de liquidação na ordem de R\$ 244.776,96 ficando dentro do resultado esperado.

**ACÃO 00H2** - Por sua vez, o recolhimento de depósitos recursais perante a Justiça do Trabalho, com programação na ordem de R\$ 91.500,00, teve liquidação no montante de R\$ 91.367,42, alcançando o percentual de 99,85%.

### **Indicadores de desempenho institucionais**

Os indicadores já estão mencionados ao final dos capítulos 3,4,5,6 e7.

### Providências corretivas a serem tomadas para o próximo exercício

AÇÃO 2130 - Com referência ao melhoria da meta, a Sureg, para o exercício de 2013, reavaliará trimestralmente a meta estabelecida, visando o redirecionamento de recursos para outras ações/Unidades federativas, se necessário.

AÇÃO 2829 – Considerando a contratação de empresa na área de elaboração e viabilidade de projetos, os recursos para o exercício de 2013, deverão acompanhar a padronização e legalidade dos procedimentos recomendados, inclusive pelos órgãos de controle. Assim melhorando sua execução, no âmbito desta Sureg em conformidade com as demandas a serem atendidas.

AÇÃO 2137 – A operação de fiscalização de estoques governamentais encontra-se atrelada a Ação 2130. O monitoramento da primeira trará reflexos na presente.

### Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação

Visando cumprir as ações celebradas nos Termos de Cooperação Técnica firmado com os órgãos cedentes, a Sureg-SC no exercício de 2012 executou operações que resultaram na execução orçamentária identificada no quadro abaixo:

**Quadro 12.2 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ**

Programa	Ação	Valor
2014 (MAPA)	20QU - Fiscalização Seguro Rural	24.238,19
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	153.446,94
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	38.808.271,69
	2802 - Oper Aquisição alimentos	140.783,14
2069 (MDA)	2B81 - Aquisição de Alimentos AF	7.644.984,79
<b>Total</b>		<b>46.771.724,75</b>

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

a) **AÇÃO 20QU - Fiscalização do Seguro Rural** – operação amparada no Termo de Cooperação entre a Conab e a Secretaria de Política Agrícola do MAPA para a fiscalização das apólices de Seguro Rural. Operação efetivada dentro da normalidade.

### Ações do MDS e do MDA

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83 do MDA, porém executadas pela Conab através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.5 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

## 12.2. Restos a Pagar

Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

**Quadro 12.3 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	143.300,83	0,00	143.300,83	0,00
2010	12.538,97	0,00	0,00	12.538,97
2009	19.657,05	0,00	0,00	19.657,05
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	11.534.138,18	-4.191.493,66	7.249.294,52	93.350,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Diafi/Sucon

### Análise Crítica

Com relação ao ano de 2011 os Restos a Pagar Processados passaram sem registros, devido a liquidação dos saldos antes do fechamento do exercício, havendo uma melhora em comparação ao exercício de 2010, quando tinha-se registrado o saldo de R\$ R\$ 12.538,97.

Os Restos a Pagar Não Processados começaram a ser registrados a partir de 2010, sendo que o saldo remanescente em 2011 ficou na ordem de R\$ 93.350,00. Este saldo refere-se a parte do transporte de milho ao porto de São Francisco, em atendimento ao programa de doação Humanitária de alimentos (milho), realizado pelo UJ da PGPM, a ser liquidado no próximo exercício.

Com a interligação dos sistemas, a partir de 2011, os registros em Restos a Pagar ficaram mais simplificados e foram descentralizados para contabilização pelas Regionais.

## 12.5. Demonstrações Contábeis

**Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas**

**Vide ANEXO I – Páginas 91 a 109.**



## 12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros

**Quadro 12.7 – Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ**

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício 2011	Exercício 2010	
Santa Catarina	5	5	Terreno e armazém localizados em Chapecó estão destinados à venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
São José	1	1	
Chapecó	2	2	
Herval D'Oeste	2	2	

Fonte: Diafi/Supad

1- Na Sureg-SC possuímos um total de 5 (cinco) imóveis, sendo que o localizado em Chapecó está em cessão de uso com opção de compra e venda à Prefeitura Municipal de Chapecó-SC. Foi cedido por prazo 25 anos e atualmente está sendo utilizado para atender projetos da agricultura familiar;

2- Na sede da Superintendência existe um imóvel que comporta a UA. São José e a Sede da Regional, estando em pleno uso;

3- A UA. Herval D'Oeste conta com 2 (dois) imóveis, que apesar de localizados no centro urbano, ainda vem atendendo às necessidades de abastecimento e distribuição de alimentos, estando em pleno funcionamento.

## 13. GOVERNANÇA E CONTROLES

### 13.1. Controle Interno da UJ

**Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.**

**Quadro 13.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva,				x	

atual, precisa e acessível.					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Avaliado pelas Gerências, Assistente e Superintendente. Há necessidade de melhorar os controles de riscos com a participação de todos os Empregados.					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
<b>(5) Totalmente válido:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Sureg-SC

## Resultados e Conclusões

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional de Santa Catarina atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

Com o objetivo de atender o Ministério das Relações Exteriores – MRE, do Brasil, a Conab tem sido demandada para prover de alimentos os países irmãos, acometidos por catástrofes de quaisquer naturezas, particularmente aqueles localizados na América do Sul, Central, Caribe e na África, a título de assistência humanitária internacional, a partir de pedidos pontuais dos seus governos ou por iniciativa brasileira. A Companhia atua diretamente na aquisição dos alimentos, da armazenagem e ainda participa na logística de distribuição. A Regional catarinense participou do esforço da Companhia na implementação da estratégia de Ajuda Humanitária Internacional, para atender objetivos colimados pelo Governo Federal.

As principais dificuldades encontradas pela Superintendência Regional de Santa Catarina para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, foram causadas pela escassez crônica de recursos humanos, decorrentes da perda de empregados, em parte devidas à baixa remuneração praticadas pela Companhia, e da reposição e categorização insuficientes, pela deficiente estrutura física de armazenagem no Estado e condições de logística e, ainda pelos limites orçamentários, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da Regional. A Superintendência Regional de Santa Catarina tem gerenciado, sempre que possível, junto aos órgãos competentes da matriz, para mitigar os obstáculos à plena operacionalização de seus mecanismos.

São José-SC, 31 de maio de 2013.

## ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Quadro 12.5.1 - Balanço Patrimonial

<b>ATIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.989.785.632,16</b>	<b>4.735.555.770,99</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1.062.948,21</b>	<b>1.060.620,29</b>
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
<b>CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>1.257.680.697,73</b>	<b>1.049.032.903,78</b>
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>836.574.305,27</b>	<b>751.495.446,69</b>
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
<b>DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>415.358.599,17</b>	<b>292.645.279,10</b>
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>5.747.793,29</b>	<b>4.892.177,99</b>
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
<b>BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>2.730.990.524,25</b>	<b>3.685.418.718,01</b>
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
<b>VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO</b>	<b>51.461,97</b>	<b>43.528,91</b>
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>690.052.429,58</b>	<b>573.912.136,02</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>440.680.922,16</b>	<b>317.083.667,52</b>
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>138.972.505,18</b>	<b>131.473.814,53</b>
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
<b>CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>301.708.416,98</b>	<b>185.609.852,99</b>
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>78.259.470,34</b>	<b>80.222.308,20</b>
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>171.051.777,13</b>	<b>176.527.368,99</b>
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>60.259,95</b>	<b>78.791,31</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.273.054.852,68</b>	<b>4.952.025.232,72</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>51.147.069,88</b>	<b>117.196.011,03</b>
<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>3.011.624,79</b>	<b>2.085.251,58</b>
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Contribuições	2.373.151,73	1.586.905,30
<b>RECURSOS DA UNIÃO</b>	<b>20.586.329,15</b>	<b>17.168.338,92</b>
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
<b>DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS</b>	<b>27.549.115,94</b>	<b>97.942.420,53</b>

<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>4.221.907.782,80</b>	<b>4.834.829.221,69</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>208.872.496,53</b>	<b>177.842.494,99</b>
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
<b>PROVISÕES</b>	<b>234.073.968,59</b>	<b>242.630.604,68</b>
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
<b>CREDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>848.230.145,43</b>	<b>617.049.103,45</b>
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>2.910.549.179,90</b>	<b>3.790.672.956,65</b>
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
<b>ADIANTAMENTOS RECEBIDOS</b>	<b>20.119.426,21</b>	<b>6.606.203,92</b>
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
<b>VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS</b>	<b>38.207,12</b>	<b>3.899,48</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>24.359,02</b>	<b>23.958,52</b>
<b>PASSIVO NÃO - CIRCULANTE</b>	<b>1.639.318,35</b>	<b>18.228.235,37</b>
<b>DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>69.420,00</b>	<b>69.420,00</b>
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
<b>OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>405.143.890,71</b>	<b>339.214.438,92</b>
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
<b>RESERVAS</b>	<b>102.342.888,97</b>	<b>92.323.612,21</b>
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
<b>LUCROS A DESTINAR</b>	<b>0,00</b>	<b>23.710.327,86</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

#### Quadro 12.5.2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	2012	2011
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11

Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>3.450.232,47</b>	<b>18.697.751,30</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(8.883.138,84)</b>	<b>(13.134.264,83)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>5.435.234,29</b>	<b>(5.475.292,59)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

### Quadro 12.5.3 - Demonstração do Resultado do Exercício

DETALHAMENTO	2012	2011
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87

Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>18.148.342,25</b>	<b>26.544.588,05</b>
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
<b>(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>24.073.328,76</b>	<b>51.072.109,48</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.137.852.037,14</b>	<b>1.460.930.828,03</b>
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>1.788.252.026,05</b>	<b>1.802.447.120,83</b>
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>46.449.939,48</b>	<b>213.006.674,31</b>
<b>(-)DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>764.468.149,53</b>	<b>717.158.725,56</b>
<b>(-)DESPESAS DE PESSOAL</b>	<b>509.924.223,30</b>	<b>413.343.157,13</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
<b>(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	<b>254.543.926,23</b>	<b>303.815.568,43</b>
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
<b>(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS</b>	<b>726.199.545,59</b>	<b>530.120.796,49</b>
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
<b>(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA</b>	<b>0,00</b>	<b>-188.982,97</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>8.181.335,54</b>	<b>26.157.728,21</b>
<b>OUTROS RESULTADOS</b>	<b>61.713.548,34</b>	<b>8.985.215,42</b>
<b>RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS</b>	<b>62.382.929,49</b>	<b>8.441.523,58</b>
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
<b>DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>669.381,15</b>	<b>-543.691,84</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>69.894.883,88</b>	<b>35.142.943,63</b>
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>69.521.861,52</b>	<b>31.510.972,51</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO</b>	<b>37,38</b>	<b>16,94</b>



**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

### Quadro 12.5.4 - Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
<b>1. RECEITAS</b>	<b>1.223.638.914,24</b>	<b>175,98</b>	<b>1.520.987.917,36</b>	<b>244,72</b>
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>1.237.000.179,82</b>	<b>177,90</b>	<b>1.412.640.897,96</b>	<b>227,29</b>
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>-13.361.265,58</b>	<b>-1,92</b>	<b>108.347.019,40</b>	<b>17,43</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>17.608.598,02</b>	<b>2,53</b>	<b>17.050.037,05</b>	<b>2,74</b>
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>-30.969.863,60</b>	<b>-4,45</b>	<b>91.296.982,35</b>	<b>14,69</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF</b>	<b>726.295.187,03</b>	<b>104,45</b>	<b>530.230.886,20</b>	<b>85,31</b>
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)</b>	<b>695.325.323,43</b>	<b>100,00</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>695.325.323,43</b>	<b>100,00</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

## Quadro 12.5.5 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Rservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSE.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Dirrtor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

## Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

**José Carlos de Andrade**  
Superintendência de Contabilidade  
Superintendente  
Contador CRC/DF 005969/0-5

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

### Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

## Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

## Nota 3 – Alterações na Legislação Societária

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

## Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

*a) Equivalente de Caixa:* Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

*b) Créditos a Receber:* As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

*c) Estoques Públicos:* A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

*c.1) Demais Estoques:* Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

*c.2) Valor Presente dos Estoques:* Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o

valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

*d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem:* Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

*e) Almojarifado:* Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

*f) Investimentos:* Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

*g) Seguros:* A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

*h) Imobilizado:* Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

*i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”):* No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

*j) Benefícios a Empregados:* O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

*k) Ajustes de Exercícios Anteriores:* Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

#### *l) Reconhecimento da Receita:*

*l.1) Apuração do Resultado:* O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

*l.2) Diferimento de Receitas:* O diferimento de receitas não realizadas, no montante de

R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

*m) Provisões para Contingências:* Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

*n) Regime de Tributação:* Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

#### Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
<b>Total de Créditos Tributários Circulante</b>	<b>254.355</b>	<b>241.840</b>

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

#### Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

#### Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no

- exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

#### Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

#### Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

#### a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	158.990	197.502

Em R\$ mil

**b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
<b>Total – (Circulante + Não Circulante)</b>	<b>459.658</b>	<b>364.922</b>

**Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes**

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

**a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
<b>Total – Circulante</b>	<b>415.358</b>	<b>292.646</b>

**b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
<b>Total – Não Circulante</b>	<b>859</b>	<b>18.010</b>

**Nota 11 – Recursos Vinculados**

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

**Nota 12 – Bens de Estoques**

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).



O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
<b>Total</b>	<b>2.730.990</b>	<b>3.685.419</b>

Em R\$ mil

#### a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

#### Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

#### Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

## Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

### *Passivo Contingente – Provável*

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
<b>Total</b>	<b>383.032</b>	<b>422.825</b>	<b>450.418</b>	<b>579.507</b>

Em R\$ mil

### *Passivo Contingente – Possível*

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
<b>Total</b>	<b>135.919</b>	<b>342.333</b>	<b>101.652</b>	<b>351.646</b>

Em R\$ mil

#### Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
<b>Total</b>	<b>140.956</b>	<b>422.826</b>	<b>121.672</b>	<b>579.870</b>

Em R\$ mil

#### Nota 16 – Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

#### Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

#### Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

**Nota 19 – Resultado do Exercício**

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

**Nota 20 – Patrimônio Líquido**

*a) Capital Social:* O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

*b) Reserva Legal:* Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

*c) Reserva de Retenção do Lucro:* Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

**Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração**

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

**Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados***a) Plano de Previdência Complementar*

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus

regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

#### *b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS*

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

#### **Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados**

De acordo com a Resolução N° 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

## Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

### a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasso – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasso – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasso – Coord.-Geral de Orç. Fin./MAPA	472	0
<b>Total de Repasses</b>	<b>6.084</b>	<b>3.218</b>

Em R\$ mil

### b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos

**Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.**

**Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.**

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53